

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE
PORTO ALEGRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PSICOLOGIA E SAÚDE**



Tamires Dartora

**As Percepções de Mulheres
Universitárias acerca da Vivência de
um Relacionamento Emocionalmente
Abusivo**

**Universidade Federal de Ciências da Saúde
de Porto Alegre**

Porto Alegre
2020

Tamires Dartora

As Percepções de Mulheres Universitárias acerca da Vivência de um Relacionamento Emocionalmente Abusivo

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Saúde da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre como requisito para a obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Clarissa De Antoni

Porto Alegre
2020

**As Percepções de Mulheres Universitárias acerca da Vivência de um Relacionamento
Emocionalmente Abusivo**

BANCA AVALIADORA

Dra. Luísa Fernanda Habigzang
Departamento de Psicologia
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS

Dra. Jeane Lessinger Borges
Departamento de Psicologia
Unidade Fundação Evangélica – IENH

Dra. Lucia Marques Stenzel
Departamento de Psicologia
Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSPA

AGRADECIMENTO

Meu sincero e caloroso agradecimento às mulheres participantes desta pesquisa. Sua coragem, atitude e veemência para contar as suas histórias diante de uma desconhecida e contribuir com a pesquisa brasileira e com outras mulheres foram realmente admiráveis. Vocês são especiais. Muito obrigada!

Que nada nos defina, que nada nos sujeite. Que
a liberdade seja a nossa própria substância, já
que viver é ser livre.

- Simone de Beauvoir

RESUMO

O objetivo deste estudo foi compreender as percepções de mulheres universitárias acerca da vivência pregressa de um relacionamento emocionalmente abusivo. Trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo exploratório-descritivo. Participaram deste estudo 12 mulheres com idades entre 18 e 25 anos estudantes de graduação e pós-graduação com o entendimento da vivência pregressa de um relacionamento emocionalmente abusivo já finalizado. Foram consideradas as mulheres que identificaram a si próprias como tendo sido abusadas emocionalmente por um ex-parceiro, em relações heterossexuais e com tempo mínimo de três meses de relacionamento. Foram aplicados ficha de dados sociodemográficos e entrevista individual semiestruturada como instrumentos de coleta de dados elaborados pelas pesquisadoras. Utilizou-se o método da Análise Temática para a compreensão dos dados. Como resultados, foram encontradas as seguintes temáticas: características e comportamentos do ex-parceiro e do relacionamento, comportamentos da vítima, sentimentos da vítima (“não tinha vida dentro de mim”), não perceber os comportamentos, rompimento, hipervigilância (“eu tenho medo de passar por isso de novo”) e rede de apoio. Para o artigo que compõe essa dissertação, optou-se pela discussão das temáticas “Não tinha vida dentro de mim” e “Eu tenho medo de passar por isso de novo”, utilizando-se das falas das próprias participantes que explicam e abarcam o sentido da temática encontrada. O primeiro tema conta com subtemas. Os resultados referem-se à sensação descrita pelas participantes de perda do senso de identidade e o posterior medo da repetição da experiência. Nesse sentido, o abuso emocional nas relações íntimas de mulheres universitárias é percebido como uma experiência danosa e persistente na vida das vítimas. O caráter invisível do abuso emocional permite com que as suas manifestações encontrem espaço no contorno das relações amorosas e nas crenças sociais sobre o significado de um relacionamento íntimo. O fato de serem jovens e com nível de escolaridade mais elevado não impediu a vivência do relacionamento emocionalmente abusivo, que durante a relação desenvolvessem senso crítico sobre os comportamentos dos ex-parceiros ou que sofressem menos com os seus impactos. Compreende-se que falar sobre o abuso emocional é uma forma de tentar romper com a naturalização de suas práticas. Propõe-se que pesquisas futuras explorem esse fenômeno também em relações homoafetivas e que investiguem formas de prevenção ao abuso emocional, principalmente com jovens e adolescentes.

Palavras-chave: Abuso Emocional; Mulheres Universitárias; Violência Contra a Mulher; Violência por Parceiro Íntimo.

ABSTRACT

The goal of this study was to understand the perceptions of university women about their past experiences of an emotionally abusive relationship. It is an exploratory-descriptive qualitative research. Twelve women aged between 18 and 25 years old graduate and undergraduate students participated in this study, where we acknowledge that the previous experiences of emotionally abusive relationship has already ended. Women who identified themselves being emotionally abused by an ex-partner in a heterosexual relationships, minimum of three months old relationship were considered for this research. Sociodemographic data sheets and individual interviews were realised aiming to use the data collected as material to support the development of this research. Thematic Analysis method was used to understand the data. As a result, the following themes were found: characteristics and behaviors of the ex-partner and the relationship, the victim's behaviors, the victim's feelings ("there was no life inside me"), not perceive the behaviors, breaking up, hypervigilance ("I am afraid going through it again") and social support. For the article that supports the structure of this research we have chosen to discuss the themes "There was no life inside me" and "I am afraid going through it again", using the participants statements that explain the meaning of thematic found. The first theme has subthemes. The results refer to the sensation described by the participants of loss of sense of identity followed by the fear of repeating the experience lived by them on the past. So emotional abuse in intimate relationships of university women is perceived as a harmful and constant experience in victims life. The invisible presence of emotional abuse allows its manifestations to find space in the outline of relationships and in social beliefs about the meaning of an intimate relationship. The fact that they are young and have a higher level of education did not stop them from experiencing an emotionally abusive relationship, even with their acknowledge about the behaviors of ex-partners they were unable to suffer less from its impacts. It is understood that talking about emotional abuse is a way of trying to break with the naturalization of their practices. It is proposed that future researches also explores this phenomenon in homoaffective relationships and to investigate forms of prevetion of emotional abuse, especially with young people and teenagers.

Keywords: Emotional Abuse; University Women; Violence Against Women; Intimate Partner Violence.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Arranjo das temáticas.....	40
---------------------------------------	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Características das Entrevistadas.....	37
Tabela 2 – Caracterização da Amostra.....	59

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DEAM	Delegacia Especializada ao Atendimento à Mulher
OMS	Organização Mundial da Saúde
SINAN	Sistema de Informações de Doenças e Agravos Notificáveis
TEPT	Transtorno de Estresse Pós-Traumático
VPI	Violência por Parceiro Íntimo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 REVISÃO DE LITERATURA – CONTEXTUALIZAÇÃO	14
2.1 Gênero e violência.....	14
2.2 As manifestações da violência contra mulher nas relações íntimas	16
2.3 As manifestações do abuso emocional nas relações íntimas de mulheres: os relacionamentos emocionalmente abusivos.....	18
2.3.1 Fatores de risco e de proteção e estratégias de enfrentamento na vivência de mulheres em relacionamentos emocionalmente abusivos	21
3 OBJETIVOS	24
3.1 Objetivo Geral.....	24
3.2 Objetivos Específicos.....	24
4 REFERÊNCIAS DA REVISÃO DE LITERATURA	25
5 ARTIGO.....	30
6 CONCLUSÃO GERAL	58
ANEXO A - NORMAS DE FORMATAÇÃO DO PERIÓDICO – PSICOLOGIA CLÍNICA DA PUCRJ	62
ANEXO B – PARECER CEP	68

1 INTRODUÇÃO

A violência contra mulher é entendida como qualquer ato que cause ou possa vir a causar dano físico, sexual ou psicológico na vida das vítimas, seja na esfera pública ou privada (World Health Organization [WHO], 2013). É um fenômeno que atinge diversos contextos, raça/cor, idade, escolaridade, condição econômica e social, envolvendo múltiplos fatores e trazendo consequências significativas ao longo da vida de quem a sofre e daqueles ao seu redor. É entendida como um problema mundial de saúde pública e uma violação de direitos humanos, reportando a necessidade de ações de articulação e de fomento de políticas públicas que abarquem com consistência o cuidado e a atenção devida a essa problemática (Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos [ACNUDH], 2014; WHO, 2013).

A Violência por Parceiro Íntimo (VPI) é o tipo mais prevalente de violência contra mulher. Estudos epidemiológicos demonstram o custo social derivado desse fenômeno. Dados levantados pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020) e pelo Mapa da Violência (Waiselfisz, 2015) constataam que os companheiros ou ex-companheiros são os principais agressores das mulheres e que a residência é o local onde mais ocorrem as agressões. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a VPI afeta um terço das mulheres ao redor do mundo (WHO, 2013). No Brasil, pesquisa mostra que 29% das mulheres brasileiras já foram vítimas de algum tipo de violência nos relacionamentos (Instituto de Pesquisa DataSenado, 2017) e, no ano de 2013, 1.583 mulheres foram mortas por seus parceiros ou ex-parceiros (Waiselfisz, 2015).

Dentre as formas de manifestação da VPI, destaca-se o abuso emocional, entendido como qualquer ato contra a mulher que cause prejuízo emocional, baixa autoestima ou que afete o seu pleno desenvolvimento. As manifestações do abuso emocional nas relações íntimas, compreendido como relacionamentos emocionalmente abusivos, podem ocorrer através de ameaças, constrangimento, humilhação, manipulação, controle, perseguição, entre outros comportamentos cuja finalidade é o prejuízo na saúde mental das mulheres (Batista, Trigueiro, Lenardt, Mazza, & Labronici, 2013; Brasil, 2006; Machado & Lourenço, 2017). O abuso emocional é a segunda maior causa de denúncias e notificações registradas em serviços de saúde (Brasil, 2018) e responsável por 31,8% dos atendimentos realizados pela Central de Atendimento à Mulher em 2016 (Brasil, 2016). Pesquisa realizada com 1.570 notificações do Sistema de Informações de Doenças e Agravos Notificáveis (SINAN), no período de 2011 a 2014 na cidade de Vitória da Conquista/BA, destaca o abuso emocional como o mais presente nos casos (1.230) (Silva, Santos, Ferreira, & Lopes, 2017). Em relação aos dados nacionais notificados, Gomes et al. (2015) identificaram um crescimento

gradual na distribuição de casos de abuso emocional ao longo dos últimos anos, sendo o Rio Grande do Sul o segundo estado com maior número de registros.

Apesar dos estudos e notificações nacionais referirem a alta prevalência de abuso emocional nos relacionamentos íntimos, considera-se que o fenômeno ainda recebe pouco destaque no meio científico. Uma revisão sistemática integrativa realizada por Fontes (2017) aponta para a restrição de estudos com foco na compreensão do abuso emocional, principalmente no que se refere a produções brasileiras. Conforme mencionado por Oliveira, Assis, Njaine e Pires (2014), as pesquisas acabam por centralizar o abuso físico ou investigam o abuso emocional em concomitância com outras formas de violência, não permitindo uma verdadeira análise de suas especificidades.

A preeminente vivência de mulheres em relacionamentos emocionalmente abusivos demarca um sistema social com fortes concepções patriarcais e marcações da desigualdade de gênero, no qual reforça a invisibilidade feminina. Este contexto, pautado a partir de uma construção histórica e social das dinâmicas de relações, fez com que a violência ganhasse espaço de forma natural e pouco percebida (Batista et al., 2013; Chacham & Jayme, 2016; Machado & Lourenço, 2017; Silva & Monteiro, 2017; Strey, 2004). As consequências disso são um comprometimento grave na saúde física e mental das mulheres, visto que os relacionamentos emocionalmente abusivos podem resultar em danos físicos, depressão, ideação suicida, baixa autoestima, além de provocar sentimentos de solidão, culpa, desvalorização, inferioridade, desamparo e tristeza. Os danos do abuso emocional podem assumir um caráter crônico, ferindo o direito à qualidade de vida e exigindo apoio adequado para o seu enfrentamento (Echeverria, 2018; Gomes & Fernandes, 2018; Machado & Lourenço, 2017; Silva & Assumpção, 2018; Silva & Monteiro, 2017; Sulzbach, 2018).

Silva e Monteiro (2017) apontam que os abusos nos relacionamentos íntimos ocorrem em todas as classes sociais, origens e regiões. Nesse sentido, as autoras Barros, et al. (2016) encontraram no estudo mulheres vítimas de relacionamentos abusivos com idades entre 15 e 24 anos, com oito ou mais anos de estudo e sem filhos. Na pesquisa realizada por Flake, Barros, Schraiber e Menezes (2013) estimando a prevalência de abusos entre estudantes universitários, constataram que 75,9% da amostra sofreram e 76,4% perpetraram algum tipo de violência, sendo o abuso emocional o mais prevalente. Além disso, 77,2% das mulheres da amostra tinham idades entre 18 e 21 anos.

O período do ciclo vital encontrado nos estudos mencionados é compreendido como Adulterez Emergente (entre 18 e 25 anos) o qual se refere a um estágio desenvolvimental proposto por Jeffrey Arnett em que contempla as mudanças sócio-históricas na forma de viver de jovens em países desenvolvidos (Arnett, Dutra-Thomé, & Koller, 2018). Essa fase é considerada por alguns autores como um período de vulnerabilidades, visto que são diversas as dificuldades que podem fazer parte da vida do adulto emergente (Arnett, 2015).

No campo das relações sociais, destaca-se a possibilidade de envolvimento em diversos relacionamentos amorosos antes de optarem por uma relação estável e a busca pelo parceiro ou parceira ideal pode gerar frustrações (Arnett, 2015). É neste período que os adultos emergentes se envolvem em inúmeras interações sociais e amorosas, podendo ser um fator de vulnerabilidade ou não, a depender da forma como o jovem se relaciona com essa condição (Pereira, Dutra-Tomé, & Koller, 2016).

Apesar dos relacionamentos abusivos estarem presentes em todos os contextos e perpassando por diferentes características sociodemográficas, sabe-se que há um conhecimento em nível de senso comum de que pessoas com grau de escolaridade mais elevado, pelo acesso frequente à informação e à capacidade crítica, não vivenciariam situações de violência em seus relacionamentos. No entanto, conforme demonstrado nos perfis encontrados nas pesquisas mencionadas, mulheres com anos elevados de estudo também se tornaram vulneráveis à vivência de um relacionamento abusivo, demonstrando que questões emocionais não estão vinculadas à capacidade cognitiva. Nesse sentido, considera-se importante a necessidade de desmistificar essa compreensão, permitindo que mulheres de diferentes níveis de instrução possam identificar-se quando inseridas nessa condição.

Portanto, proporcionar visibilidade ao abuso emocional e explorar os seus aspectos em diferentes contextos podem resultar no reconhecimento e identificação de pessoas que possam estar vivenciando ou terem vivenciado uma experiência relacional marcada por atos emocionalmente abusivos (Leite, Moura, & Penna, 2013; Machado & Lourenço, 2017). Abordar o abuso emocional possibilita reduzir condutas coercitivas nos relacionamentos, além de auxiliar na busca por apoio (Machado & Lourenço, 2017; Silva & Monteiro 2017). O aumento da identificação destas experiências pode ampliar as denúncias e registros, levando em consideração que o abuso emocional é contemplado na Lei 11.340/2006, que garante a proteção de mulheres em situação de violência (Brasil, 2006). Assim, a partir dos registros que se torna possível elucidar a frequência com que essa forma de se relacionar é manifestada no meio social e as consequências que isso pode gerar.

É nesse sentido que se percebe a importância de estudos que se direcionem a compreensão exclusiva do abuso emocional na dinâmica das relações íntimas, proporcionando visibilidade aos seus impactos. A presente pesquisa buscou compreender as percepções de mulheres universitárias com idades entre 18 e 25 anos que identificaram a si próprias como tendo tido uma vivência pregressa em um relacionamento emocionalmente abusivo já finalizado, como descrevem o relacionamento e a influência desta vivência nas relações amorosas atuais e futuras.

2 REVISÃO DE LITERATURA – CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1 Gênero e violência

A sociedade organiza-se com distintos valores e normas sociais que norteiam os comportamentos esperados por indivíduos que as compõem. Uma das formas mais marcantes de organização dos vínculos sociais está baseada nas concepções de gênero, compreendida como o conjunto de normas, papéis e condutas definidas na caracterização das variadas manifestações de gênero presentes atualmente. Por se tratar de uma construção social e histórica, cada manifestação carrega consigo distintos padrões de moralidade e de valores. Em se tratando dos gêneros masculino e feminino, sabe-se que ao homem esperam-se comportamentos de liderança, força e tomada de decisões, enquanto às mulheres relacionam-se condutas de passividade, cuidado e obediência. Nesse sentido, manifesta-se a dominação do gênero masculino sobre o feminino e pontua a desigualdade, dando contornos para os modos de vida e consenso social, se fazendo presente em contextos públicos e privados (Strey, 2012).

É a partir desta categoria social, no qual reforça o papel de poder e a relação de dominação do homem sobre a mulher – denominado de patriarcado – que se manifesta a violência de gênero e a violência contra mulher (Saffioti, 2001). Portanto, entende-se que a construção da violência é baseada na desigualdade e, nesse sentido, violência de gênero é descrita por Strey (2004) como qualquer expressão de dominação, poder e controle de um gênero sobre o outro. A violência contra mulher é um produto de uma estrutura de relações humanas e de papéis de homem e mulher que expressa, mantém e reforça esta estrutura, o que torna indissociável caracterizar a violência contra mulher sem levar em consideração o papel da cultura (Strey, 2004). Neste contexto de assimetria entre os gêneros, a violência se torna uma estratégia de regulação das relações sociais. Portanto, pontua-se que por muito tempo as manifestações de violência não receberam a atenção necessária devido ao enraizamento e à naturalização desta forma de se socializar na sociedade, tornando-se invisíveis, banalizadas e menosprezadas (Chacham & Jayme, 2016; Strey, 2004).

Nesse sentido, é importante destacar que as manifestações da violência e redução do valor da mulher não se tratam de um fenômeno pontual, mas uma composição intrínseca à vida de quem as sofre (Strey, 2012). Martínez e Marín (2009) trazem que todas as mulheres viveram em maior ou menor intensidade algum processo de violência nas suas relações. Esta questão dificulta abordar a violência contra mulher como uma temática de direitos humanos (Strey, 2012). No entanto, esta forma de entender os padrões de relacionamento vem sendo questionada ao longo dos tempos. A organização feminista foi quem colocou esta questão em pauta nas agendas acadêmicas, políticas e governamentais.

O movimento de mulheres elencou o tema nas pautas dos Direitos Humanos a partir da Conferência Mundial de Direitos Humanos de 1993, possibilitando que a abordagem da violência contra mulher - principalmente a sua manifestação a partir da violência por agressores com vínculo afetivo (Brasil, 2006) - pudesse conquistar o âmbito público e responsabilizar outras instâncias pela proteção e cuidado às vítimas (Strey, 2004).

Em se tratando da violência contra mulher no Brasil, foi também o movimento das próprias mulheres que conquistaram espaço para a discussão a partir dos anos 1980, quando o país enfrentava um movimento de transição à democracia, incluindo este tema no esboço da nova constituição (Strey, 2004). Além disso, tratava-se de um momento marcado por visibilidade na mídia de morte de mulheres pelos seus cônjuges. É a partir destes movimentos e da construção cultural sobre gênero que se coloca a violência contra mulher como um problema de saúde pública (Oliveira & Souza, 2006). Apesar do movimento nacional de conscientização ter iniciado há muitos anos (com a conquista de legislações própria, serviços de proteção e cuidado às vítimas, como delegacias e casas de acolhimento), percebe-se a escassez atual por, muitas vezes, haver limitações na aplicação prática de estratégias de combate à violência, como falta de recursos, despreparo profissional, falta de discussões sensíveis à temática de gênero, procedimentos legais sem efetividade e desarticulação dos serviços (Meneghel, Mueller, Collaziol, & Quadros, 2013; Strey, Werba, & Nora, 2004).

Portanto, a violência contra mulher é um processo social compreendido como violação de direitos e deve ser encarado como um problema social e de saúde pública, visto que pode afetar negativamente a saúde física, mental, sexual e reprodutiva de mulheres, de acordo com a OMS (WHO, 2013). As consequências são problemas de sono, dores no corpo, consumo de medicamentos em excesso, além de ataques de pânico, tristeza, estresse, sentimento de inutilidade e irritabilidade. Trata-se de efeitos marcantes na trajetória de vida das mulheres, interferindo no seu pleno desenvolvimento e na sua qualidade de vida (Narvaz & Koller, 2006; Sulsbach, 2018). Em estudo realizado por Adeodatoa, Carvalho, Siqueira e Souza (2005) com mulheres que prestaram denúncia na Delegacia Especializada ao Atendimento à Mulher (DEAM) no estado do Ceará por agressão, constatou-se que 72% das mulheres apresentaram sintomas característicos de depressão, 78% tinham sintomas de ansiedade e insônia; 39% já pensaram em suicídio e 24% iniciaram o uso de ansiolíticos após o início das agressões, demonstrando o significativo prejuízo à saúde mental de mulheres vítimas de violência. Nas pesquisas de Silva et al. (2017) e Figueiredo, Cesar, Silva e Borba (2012) constataram o Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) como a consequência mais prevalente em mulheres vítimas de violência nos municípios de Vitória da Conquista/BA e Porto Alegre/RS, respectivamente. Os danos acometidos pela violência contra mulher podem desenvolver um

caráter de cronicidade, exigindo diferentes ferramentas e de apoio para o enfrentamento desta problemática (Pedrosa, 2009).

Nesse sentido, compreende-se que o enfrentamento da violência contra mulher não se trata apenas de uma mudança de cunho individual, mas principalmente coletivo, tendo em vista a complexidade e a multidimensionalidade do fenômeno e considerando que é através de políticas públicas e legislações efetivas que se tornam possíveis o movimento de mudança e a consolidação do discurso social a favor da igualdade de gênero (Strey, 2004; Sulsbach, 2018). Portanto, a violência demanda ações intersetoriais, como saúde, justiça, assistência e educação, além do fortalecimento das redes informais de apoio (família e amigos), para que seja possível alcançar a integridade, equidade e igualdade às mulheres (Machado & Lourenço, 2017).

2.2 As manifestações da violência contra mulher nas relações íntimas

A persistência de valores culturais tradicionais ligados aos papéis de gênero contribuiu para a reprodução e aceitação de práticas de violência e controle por parte dos parceiros, levando a permanência de mulheres em relações abusivas e desiguais (Chacham & Jayme, 2016; Silva & Monteiro, 2017). A vivência de mulheres em relacionamentos violentos evoca a sua particular vulnerabilidade em virtude da pactuação social de comportamentos pautados pela desigualdade de gênero e pela imposição à mulher aos desejos, poder e autoridade do homem. Da mesma forma que a violência contra mulher, a violência manifestada nas relações íntimas – compreendida como Violência por Parceiro Íntimo (VPI) – corresponde a um problema de saúde pública com significativa proporção (Machado & Lourenço, 2017).

Dados estatísticos evocam o custo social desta violência quando manifestada no âmbito das relações. De acordo com a OMS (WHO, 2013), uma a cada três mulheres sofreram violência física e/ou sexual por seu parceiro íntimo ao redor do mundo. No Brasil, pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa DataSenado (2017) revela que 29% das mulheres já foram vítimas de algum tipo de violência nos relacionamentos, denunciando o aumento dos casos desde 2005 quando o percentual era de 17%. De acordo com o Mapa da Violência do ano de 2015 (Waiselfisz, 2015), sete mulheres por dia foram vítimas de feminicídio cujo autor foi um familiar e 33,2% do total de homicídios femininos nesse ano foram cometidos por parceiro ou ex-parceiro. Apesar das estatísticas chamarem a atenção pelo número de mulheres que enfrentam esta situação no seu cotidiano, é importante destacar que a amostra ainda não contempla a verdadeira realidade brasileira, visto que a análise dos resultados da pesquisa do Instituto de Pesquisa DataSenado (2017) demonstra um cenário de subnotificação dos registros a depender do estado e do indicador avaliado.

A VPI refere-se a comportamentos cometidos por parceiro ou ex-parceiro e que cause danos físicos, sexuais ou psicológicos (WHO, 2013). É vista como uma das formas mais comuns de violência contra mulher conforme estatísticas já mencionadas e ocorre em diferentes grupos sociais, econômicos, educacionais e culturais (Casique & Furegato, 2006; Silva & Monteiro, 2017; Strey, 2004, Strey, 2012). A manifestação dessa violência pode ser física, sexual, psicológica, patrimonial ou moral, sendo possível a ocorrência de todas ao mesmo tempo (Brasil, 2006; Strey, 2004).

A violência física ocorre quando há a tentativa ou causa de algum dano por meio da força física ou uso de instrumentos que possam provocar lesões internas e/ou externas. Trata-se de qualquer conduta que afronte a integridade ou saúde física. Esta violência pode ser manifestada através de tapas, empurrões, socos, mordidas, chutes, cortes, estrangulamento, entre outros comportamentos (Brasil, 2001; Brasil, 2006; Day et al., 2003).

A violência sexual é considerada toda ação na qual uma pessoa em relação de poder obriga a participação, presença ou manutenção de uma mulher ao ato sexual contra a sua vontade, através de força física, coerção, ameaça ou intimidação psicológica. Também pode ocorrer através de exposições obrigatórias a interações sexuais, de modo que o agressor busque a obtenção de gratificação. Algumas condutas presentes nesse tipo de violência podem ser carícias não consentidas, penetração oral, anal ou vaginal, exposição obrigatória a material pornográfico, indução da comercialização da sexualidade, impedimento ou negação ao uso de métodos contraceptivos, entre outros. Considera-se todo o ato que limite ou anule o pleno desempenho dos direitos sexuais e reprodutivos da mulher (Brasil, 2001; Brasil, 2006; Day et al., 2003).

Na violência patrimonial ocorrem condutas que possam vir a reter, subtrair ou destruir parcial ou total os bens, objetos, documentos, material de trabalho e todos aqueles recursos cujo atributo é suprir as necessidades da mulher agredida. Já a violência moral é entendida como qualquer ato que caracterize calúnia, difamação ou injúria (Brasil, 2006).

A violência psicológica é entendida como toda ação ou omissão que cause prejuízo emocional, diminuição da autoestima ou que afete o pleno desenvolvimento da mulher. Podem se manifestar através da degradação ou controle das ações, comportamentos, ideias ou decisões da mulher. Utiliza-se ações como ameaça, constrangimento, manipulação, humilhação, chantagem, vigilância, desvalorização, insultos, privação de liberdade, entre outros. São ações que interfiram na saúde mental e na autodeterminação da mulher (Brasil, 2001; Brasil, 2006; Day et al., 2003).

As manifestações dos variados tipos de VPI podem se apresentar de diferentes formas a depender da cultura e dos valores presentes, podendo auxiliar tanto no aumento quanto na minimização dos atos violentos (Strey, 2004). No entanto, a própria autora aponta que apesar das diferenças culturais, os obstáculos presentes na tentativa de sua superação

são muito semelhantes, visto que uma organização social baseada em valores patriarcais acaba não se diferenciando uma das outras mesmo em regiões distintas.

Pensar VPI e suas manifestações propõe a aproximação a uma série de nomenclaturas existentes nesta área de estudo com algumas variações entre si. Sousa (2017) menciona que cada conceito traz consigo um peso e, a partir dele, se produz subjetividades e reavaliações de experiências. A partir de 2014 houve um acentuado uso do termo “relacionamento abusivo” nas redes sociais, nos movimentos políticos e no meio acadêmico para se referir a relações interpessoais violentas, recebendo um significado próprio e entendendo-se a partir da associação de relacionamentos abusivos com a noção de hierarquia de gênero e desigualdade entre homens e mulheres. O uso do termo está atrelado ao investimento em mudanças sociais e paradigmáticas através dos debates trazidos pelo movimento feminista no Brasil (Sousa, 2017). Em decorrência disso, optou-se nesse estudo por se trabalhar com o termo “relacionamento abusivo” ao descrever relações violentas entre homens e mulheres.

2.3 As manifestações do abuso emocional nas relações íntimas de mulheres: os relacionamentos emocionalmente abusivos

O abuso emocional (antes mencionado também como violência psicológica) manifestado nos relacionamentos íntimos é denominado aqui como relacionamentos emocionalmente abusivos e entendido como qualquer ato contra mulher que cause prejuízo emocional, baixa autoestima ou afete o seu pleno desenvolvimento (Brasil, 2006; Machado & Lourenço, 2017). Neste contexto, as características de um relacionamento emocionalmente abusivo podem ocorrer através de atos como ameaças, constrangimento, humilhação, manipulação, controle, perseguição, privação, ciúmes, chantagem, isolamento, entre outros comportamentos cuja finalidade é o prejuízo da saúde mental das mulheres (Batista et al., 2013; Machado & Lourenço, 2017; Martínez & Marín, 2009). O abuso emocional presente nas relações íntimas caracteriza-se por ser uma forma encoberta de agressão e da mesma forma como trazido anteriormente, também se trata de um reflexo das relações de poder e hierarquia de gênero entre homens e mulheres (Martínez & Marín, 2009). Trata-se da segunda maior causa de denúncias e notificações registradas em serviços de saúde, de acordo com o Ministério da Saúde (Brasil, 2018), e responsável por 31,8% dos atendimentos realizados pela Central de Atendimento à Mulher em 2016 (Brasil, 2016).

Silva, Coelho e Caponi (2007) citam o estudo de Berly, publicado em 1982, acerca do processo do abuso emocional a partir de um *continuum* crescente de condutas abusivas em relacionamentos de homens e mulheres, a saber: caçoar da mulher, insultar, negar ou

diminuir sentimentos, não aprovar as realizações, gritar, culpar por todos os problemas, chamar de louca, criticar como mãe, esposa e profissional, relatar que permanece com a mulher apenas porque ela não consegue viver sem ele, entre outros. Além disso, Hirigoyen (2006 citado por Colossi & Falcke, 2013) categoriza o abuso emocional a partir de nove formas distintas de manifestação nos relacionamentos: 1) controle; 2) isolamento; 3) ciúme patológico; 4) assédio; 5) aviltamento; 6) humilhação; 7) intimidação; 8) indiferença às demandas afetivas e 9) ameaças. Em pesquisa realizada por Oliveira et al. (2014) sobre abuso emocional em namoros de adolescentes de ambos os sexos destacam que a incidência das expressões vividas pelas meninas que relataram ter sofrido esta violência no namoro foram: comportamento controlador (35,6%), humilhações/xingamentos (37%), insultos (44,3%) e ameaças (62,5%), acrescentando o fato de que raramente tratam-se de comportamentos pontuais e isolados. Apesar da constatação dessas formas de manifestação do abuso emocional, sabe-se que a literatura ainda não conseguiu dispor uma consonância do conceito, o que pode alinhar-se com a dificuldade de sua compreensão e reconhecimento.

Em pesquisa realizada por Machado e Lourenço (2017) com 30 mulheres com idades entre 18 e 60 anos residentes de dois bairros da cidade de Juiz de Fora/MG, constatou-se que 50% das participantes (15) sofreram abuso emocional em seus relacionamentos, sendo que 11 não buscaram ajuda. Já no estudo realizado por Silva et al. (2017) no qual analisaram 1.570 notificações do SINAN no período de 2011 a 2014 na cidade de Vitória da Conquista/BA, identificaram o abuso emocional como o mais presente (1.230 casos). Os mesmos resultados foram encontrados por Barros et al. (2016) e Mathias, Bedone, Osis e Fernandes (2013) que estimaram a prevalência de violência na cidade de Recife/PE e no estado de São Paulo, encontrando o abuso emocional com incidência em mais da metade dos casos (52,7% e 53,8%, respectivamente). As autoras Moura, Gandolfi, Vasconcelos e Pratesi (2009) encontraram uma prevalência de 80,2% do abuso emocional em relacionamentos de mulheres residentes em área metropolitana de Brasília/DF. Portanto, embora diversas pesquisas pontuem a alta prevalência de relacionamentos emocionalmente abusivos, o fenômeno ainda recebe pouco destaque (Oliveira et al., 2014).

É nesse sentido que se compreende que uma das grandes dificuldades em lidar com o abuso emocional nos relacionamentos se trata da baixa percepção das vítimas em relação à violência vivida. Por vezes, mulheres justificam os atos do companheiro, associando as condutas a fatores externos, como uso de álcool, estresse e problemas no trabalho (Leite, Moura, & Penna, 2013; Santos et al., 2017; Silva, Coelho, & Caponi, 2007). Além disso, o abuso emocional tende a iniciar de forma silenciosa e progride em termos de consequência e intensidade, escalonando seus atos (Santos et al., 2017; Silva, Coelho, & Caponi, 2007). Por isso que por vezes algumas manifestações do abuso emocional não são consideradas

agressões, contribuindo para a sua invisibilidade e baixas denúncias (Oliveira et al., 2014). É rara a busca por ajuda nos casos de abuso emocional, visto que perceber que está passando por essa situação pode ser difícil para algumas mulheres (Silva, Coelho, & Caponi, 2007).

Esta situação foi demonstrada por Cal e Miranda (2016) que se propuseram a analisar os comentários de um vídeo disponível na internet intitulado “Não Tira o Batom Vermelho” produzido pela *youtuber* Júlia Tolezo, no qual descreve condutas consideradas abusivas emocionalmente em um relacionamento a partir de uma conversa com um grupo de mulheres em que identificou a forma como as mesmas se sentiam coagidas pelos seus companheiros. Com isso, a *youtuber* produziu um vídeo dando voz a comportamentos muitas vezes encobertos nos relacionamentos íntimos e que produzem alto impacto no bem-estar das mulheres. As autoras analisaram 232 comentários, sendo desses 203 realizados por perfis identificados como mulheres e consideraram que o movimento proposto pelo vídeo abriu espaço para a discussão e para o entendimento de que condutas de dominação e controle não devem ser normalizadas. Muitas mulheres descreveram sentimento de culpa, tristeza e vergonha por se identificarem com a situação e não conhecerem a opressão que viviam (Cal & Miranda, 2016). Nesse sentido, Barros et al. (2016) referem que por vezes a violência precisa ser nomeada para ser reconhecida.

Em função disso, pode-se considerar o abuso emocional como uma categoria ainda negligenciada de violência presente nas relações íntimas. Autores justificam esta afirmação entendendo o papel da mídia o qual apenas divulga casos de violência quando a vítima presencia atos de agressão física e que, por vezes, ocorre o óbito. Não se pretende fazer uma comparação ou distinção da gravidade dos casos, visto que se entende o abuso emocional como uma experiência tão danosa para a saúde emocional e física como qualquer outra manifestação da violência, mas muitos artigos por vezes ignoram a sua existência, apenas se tornando visível a partir de seus efeitos (Oliveira et al., 2014; Silva, Coelho, & Caponi, 2007). Colossi e Falcke (2013) acrescentam que a invisibilidade do abuso emocional nas pesquisas científicas pode estar associada à inespecificidade ou à ausência da verdadeira dimensão na sua definição conceitual. Portanto, tem-se um cenário de omissão do abuso emocional, seja pelo fato de como a mídia reporta a violência, seja por poucos estudos existentes sobre o tema (Silva, Coelho, & Caponi, 2007).

Os relacionamentos emocionalmente abusivos são considerados a partir do alto impacto que podem causar na saúde física e mental de mulheres e, portanto, são detectadas diversas consequências como dores físicas, ataques de pânico, depressão, transtornos alimentares e tentativa de suicídio. Nesse sentido, o abuso emocional requer atenção específica, com espaços para discussão, prevenção e formulação de estratégias de enfrentamento próprias, visto que parece haver uma verdadeira negação de que atos como

humilhação, desqualificação e desvalorização sejam considerados violência (Martínez & Marín, 2009; Silva, Coelho, & Caponi, 2007). Entende-se que a conscientização e o reconhecimento do abuso emocional nos relacionamentos íntimos se tratam de estratégias de prevenção e combate a essa forma de violência (De Antoni, 2012; Santos et al., 2017).

2.3.1 Fatores de risco e de proteção e estratégias de enfrentamento na vivência de mulheres em relacionamentos emocionalmente abusivos

A carência de produções científicas sobre o abuso emocional nos relacionamentos íntimos reflete na falta de material teórico quando se investiga acerca dos fatores de risco e de proteção associados à vivência e à manutenção de mulheres em relacionamentos com estas características, cenário também pontuado por Barreira, Lima e Avanci (2013). Entende-se que o estudo e a compreensão sobre os fatores de risco e de proteção se tornam fundamentais para a interrupção do ciclo da violência e para a prática das intervenções necessárias (Barreira, Lima, & Avanci, 2013).

Fatores de risco são todos os estressores que aumentam a predisposição a algum resultado negativo, como problemas físicos, sociais e emocionais. Como fatores de proteção, encontram-se mecanismos que fortaleçam a pessoa diante de uma situação de maior vulnerabilidade, influenciando na forma como o indivíduo lida com as adversidades e atribui sentido às suas experiências. Ambos os fatores devem ser analisados a partir do contexto de vida de cada pessoa, em um determinado momento de sua trajetória, visto que um fator pode ser considerado de risco ou de proteção em um determinado período ou contexto, mas não ser em outros, uma vez que não se tratam de eventos estáticos. Saber se um determinado aspecto se constituirá como um fator de risco ou não dependerá da forma como o indivíduo percebe e se relaciona com estes mecanismos, levando em consideração a ocorrência, intensidade, frequência, duração e severidade (De Antoni & Koller, 2010; Poletto & Koller, 2008).

Portanto, apesar de que nenhum aspecto possa ser considerado de risco ou de proteção *a priori*, no entendimento do abuso emocional podemos compreender algumas condições como potencializadoras e/ou protetoras na vivência desta forma de violência nas relações íntimas de mulheres. De início, é necessário destacar o fato de que a vivência de mulheres em relacionamentos emocionalmente abusivos demonstra sua vulnerabilidade em virtude de vivermos em uma sociedade no qual preserva e compactua com comportamentos pautados pela desigualdade de gênero conforme já discutido (Batista et al., 2013; Machado & Lourenço, 2017).

Barreira, Lima e Avanci (2013) pontuam alguns aspectos agravantes na prática do abuso emocional entre namorados adolescentes em sua pesquisa realizada em Recife/PE.

Os adolescentes que presenciaram atos violentos na sua comunidade apresentavam quatro vezes mais chance de perpetuarem o abuso emocional no namoro, compreendendo a aceitação da violência e a influência do ambiente nas práticas abusivas. Além disso, o tempo de duração do namoro foi considerado um fator associado ao abuso emocional, observando o aumento na chance de propagarem o abuso emocional em relacionamentos com duração superior a um ano, demonstrando que quanto mais os indivíduos estiverem envolvidos, maiores as chances de ocorrer episódios de abuso emocional no namoro. Ter sofrido ou perpetrado abuso físico ou verbal nos relacionamentos anteriores também aumentaram a probabilidade de seguir neste padrão no relacionamento atual quando associado abuso emocional ao abuso físico.

Resultado semelhante foi encontrado por Oliveira et al. (2014) no qual descreveram que o aumento de episódios de abuso emocional acometidos por adolescentes em seus relacionamentos íntimos está relacionado com a elevada agressão verbal dos pais e a vivência de abuso emocional entre pais, irmãos, amigos e nos namoros pregressos, destacando para a influência do ambiente em uma cultura relacional de violência. Nesse sentido, apontam que a vivência de abuso emocional dos relacionamentos anteriores promove o aumento de 53,1% na ocorrência deste mesmo tipo de agressão no relacionamento atual.

Como fatores de proteção, poucos são os estudos que buscaram compreender a presença destes aspectos em casos específicos de abuso emocional entre homens e mulheres. No entanto, é possível refletir sobre estes mecanismos a partir do entendimento da violência contra mulher como um fenômeno único e complexo. Assim sendo, algumas condições presentes na vida de mulheres podem ser consideradas de proteção para o enfrentamento desta situação. Podem-se destacar tais como as formas de autonomia e empoderamento feminino (Silva & Monteiro, 2017); a busca por auxílio em redes de apoio consistente, constituída por pessoas significativas e proporcionadoras de afeto, cuidado e reciprocidade, sejam elas formais (profissional da saúde, igreja, serviços protetores) ou informais (amigos e família), de modo a aumentar os recursos de proteção; coesão nas relações familiares e de amizades (Machado & Lourenço, 2017; Poletto & Koller, 2008); ter espaço, autonomia e incentivo para falar sobre a violência, enquanto vivência pessoal ou enquanto um problema social (Lordello & Costa, 2014); a criação da Lei 11.340/2006 pela formação de rede de proteção e assistência jurídica para as vítimas (Brasil, 2006).

Sulsbach (2018) realizou uma revisão sistemática crítica em diferentes bases de dados com o objetivo de realizar um levantamento de artigos qualitativos publicados nos últimos cinco anos que pontuassem as estratégias de enfrentamento de mulheres que sofreram VPI. A autora dividiu os resultados em recursos internos das mulheres para lidar com os abusos, recursos externos e dificuldades no enfrentamento. Como recursos internos,

concluiu que mulheres se utilizaram de estratégias como autocontrole, autoconfiança no trabalho, crenças religiosas, questionamento de normas sociais, exercer uma vida pública e assumir múltiplas responsabilidades (como tornar-se provedora da família). Como fatores externos para lidar com os abusos, destacam-se a busca por ajuda em centros de referência e atendimento a mulheres e Delegacias Especializadas ao Atendimento à Mulher (DEAM), participação em grupos de apoio, busca de auxílio no meio social mais próximo como família, amigos e colegas de trabalho e acesso a instituições religiosas. Para as dificuldades, percebe-se a fragilidade das redes institucionais de apoio no cumprimento das medidas protetivas e o consequente descrédito das vítimas em relação aos serviços. Além disso, a naturalização e banalização dos abusos também foi entendida como um obstáculo na interrupção do ciclo da violência.

A escolha pelas estratégias de apoio reflete no entendimento que as mulheres vítimas de abuso consideram que irá ser efetivo em um determinado momento, além da compreensão da mulher acerca de sua própria experiência. A busca por ajuda é um processo que inclui diferentes etapas, como definição do problema, passos a ser adotados e a escolha dos vínculos de suporte (Machado & Lourenço, 2017). Para tanto, Silva e Monteiro (2017) compreendem a importância do fortalecimento feminino, compreendido como mecanismos que auxiliam na autodeterminação e no senso de valor próprio da mulher (Sardenberg, 2009 citado por Silva & Monteiro, 2017), como estratégias importantes no enfrentamento e na busca por auxílio em situações de abuso nos relacionamentos íntimos.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Compreender as percepções de mulheres universitárias acerca da vivência pregressa de um relacionamento emocionalmente abusivo.

3.2 Objetivos Específicos

- a) Descrever as características de um relacionamento emocionalmente abusivo através da concepção de mulheres universitárias.
- b) Compreender a influência da vivência de um relacionamento emocionalmente abusivo nas relações amorosas atuais e futuras de mulheres universitárias.

4 REFERÊNCIAS DA REVISÃO DE LITERATURA

- Adeodatoa, V. G., Carvalho, R. R., Siqueira, V. R., & Souza, F. G. S. (2005). Qualidade de vida e depressão em mulheres vítimas de seus parceiros. *Revista Saúde Pública*, 39(1), 108-113.
- Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos (ACNUDH). (2014). *Los derechos de la mujer son derechos humanos*. https://www.ohchr.org/documents/publications/hr-pub-14-2_sp.pdf
- Arnett, J. J. (2015). *Emerging Adulthood: The Widding Road from the Late Teens Throught the Twenties* (2º ed.). New York: Oxford University Press.
- Arnett, J. J., Dutra-Thomé, L., & Koller, S. H. (2018). Adultez Emergente: a proposta de uma nova perspectiva desenvolvimental sobre a transição para a vida adulta no Brasil. In *Adultez Emergente no Brasil: nova perspectiva desenvolvimental sobre a transição para a Vida Adulta* (pp. 13-24). São Paulo: Vetor.
- Barreira, A. K., Lima, M. L. C., & Avanci, J. Q. (2013). Coocorrência de violência física e psicológica entre adolescentes namorados do Recife, Brasil: prevalência e fatores associados. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18(1), 233-243.
- Barros, E. N., Silva, M. A., Neto, G. H. F., Lucena, S. G., Ponzo, L., & Pimentel, A. P. (2016). Prevalência e fatores associados à violência por parceiro íntimo em mulheres de uma comunidade em Recife/Pernambuco, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(2), 591-598.
- Batista, J. M. S., Trigueiro, T. H., Lenardt, M. H., Mazza, V. A., & Labronici, L. M. (2013). O Modelo Bioecológico: desvendando contribuições para a práxis da enfermagem diante da violência doméstica. *Escola Anna Nery*, 17(1), 173-178.
- Brasil. (2018). *Panorama da violência contra as mulheres no Brasil: indicadores nacionais e estaduais*. Brasília: Senado Federal. Recuperado de <http://www.senado.gov.br/institucional/datasenado/omv/indicadores/relatorios/BR-2018.pdf>.
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. (2001). *Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviço*. Brasília: Ministério da Saúde. Recuperado de http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_19.pdf
- Brasil. Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres. (2016). *Balanço Anual*. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos. Recuperado de http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/ligue-180-central-de-atendimento-a-mulher/balanco-anual-180_2016.pdf.
- Brasil. Presidência da República. (2006). *Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006*. Brasília: DF. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm.

- Casique, L. C., & Furegato, A. R. F. (2006). Violência contra mulheres: reflexões teóricas. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 14(6).
- Cal, D., & Miranda, J. (2016). “Eu não vou tirar o meu batom vermelho”: descortinamento de injustiças e abusos em relacionamentos afetivos no ciberespaço. *Culturas Midiáticas*, 17(9), 268-281.
- Chacham, A. S., & Jayme, J. G. (2016). Violência de gênero, desigualdade social e sexualidade. *Civitas*, 16(1), e1-e19.
- Colossi, P. M., & Falcke, D. (2013). Gritos do Silêncio: A Violência Psicológica no Casal. *Psico*, 14(3), 310-318.
- Day, V. P., Telles, L.E.B., Zoratto, P. H., Azambuja, M. R. F., Machado, D. A., Silveira, M. B., Debiaggi, M., Reis, M. G., Cardoso, R. G., & Blank P. (2003). Violência doméstica e suas diferentes manifestações. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, 25, 9-21.
- De Antoni, C. (2012). Abuso emocional parental contra crianças e adolescentes. In *Violência contra crianças e adolescentes: teoria, pesquisa e prática* (pp. 33-42). São Paulo: Artmed.
- De Antoni, C., & Koller, S. H. (2010). Uma família fisicamente violenta: uma visão pela teoria Bioecológica do desenvolvimento humano. *Temas em Psicologia*, 18(1), 17-30.
- Echeverria, G. B. (2018). A violência psicológica contra a mulher: reconhecimento e visibilidade. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, 4(1), 131-145.
- Figueiredo, M. C., Cesar, M. O., Silva, J. P. & Borba, E. M. B. (2012). Prevalência de mulheres vítimas de violência no município de Porto Alegre e a influência de suas variáveis no âmbito odontológico. *Revista da Faculdade de Odontologia UPF*, 17(3), 254-260.
- Flake, T. A., Barros, C., Schraiber, L. B., & Menezes, P. R. (2013). Violência por parceiro íntimo entre estudantes de duas universidades do Estado de São Paulo, Brasil. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 16(4), 801-816.
- Fontes, G. C. (2017). *A (in) visibilidade da violência conjugal psicológica contra a mulher na produção científica brasileira em psicologia* (Dissertação de mestrado). Instituto de Psicologia, UnB, Brasília.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>
- Gomes, I. R. R., & Fernandes, S. C. S. (2018). A permanência de mulheres em relacionamentos abusivos à luz da Teoria da Ação Planejada. *Boletim Academia Paulista de Psicologia*, 38(94), 55-66.

- Gomes, S. C., Pereira, A. P., Holanda, C. A. S., Júnior, A. F. C., Oliveira, J. D., & Quirino, G. S. Análise de dados sociodemográficos de notificações de violência psicológica e moral. *Sanare Revista de Políticas Públicas*, 14(2), 51-58.
- Instituto de Pesquisa DataSenado. Observatório da Mulher contra a Violência. (2017). *Violência doméstica e familiar contra a mulher: Pesquisa DataSenado*. Recuperado de <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/aumenta-numero-de-mulheres-que-declaram-ter-sofrido-violencia>.
- Leite, F. M. C., Moura, M. A. V., & Penna, L. H. G. (2013). Percepções das mulheres sobre a violência contra a mulher: uma revisão integrativa da literatura. *Avances en Enfermería*, 31(2), 136-143.
- Lordello, S. R., & Costa, L. F. (2014). Gestação decorrente de violência sexual: um estudo de caso à luz do modelo bioecológico. *Contextos Clínicos*, 7(1), 94-104.
- Machado, A. S. M., & Lourenço, L. M. (2017). Violência entre parceiros íntimos: articuladores de enfrentamento e ajuda. *Aletheia*, 50(1-2), 71-82.
- Martínez, V. T. P., & Marín, Y. H. (2009). La violencia psicológica de género, una forma encubierta de agresión. *Revista Cubana de Medicina General Integral*, 25(2), 1-7.
- Mathias, A. K. R. A., Bedone, A. J., Osis, M. J. D., & Fernandes, M. A. S. (2013). Prevalência da violência praticada por parceiro masculino entre mulheres usuárias da rede primária de saúde do Estado de São Paulo. *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia*, 35(4), 185-91.
- Meneghel, S. N., Mueller, B., Collaziol, M. E., & Quadros, M. M. (2013). Repercussões da Lei Maria da Penha no enfrentamento da violência de gênero. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18(3), 691-700.
- Moura, L. B. A., Gandolfi, L., Vasconcelos, A. M. N., & Pratesi, R. (2009). Violências contra mulheres por parceiro íntimo em área urbana economicamente vulnerável, Brasília, DF. *Revistas de Saúde Pública*, 43(6), 944-953.
- Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2006). Mulheres vítimas de violência doméstica: Compreendendo subjetividades assujeitadas. *Psico*, 37(1), 7-13.
- Oliveira, D. C., & Souza, L. (2006). Gênero e violência conjugal: concepções de psicólogos. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 6(2), 34-50.
- Oliveira, Q. B. M., Assis, S. G., Njaine, K., & Pires, T. O. (2014). Namoro na adolescência no Brasil: circularidade da violência psicológica nos diferentes contextos relacionais. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(3), 707-718.
- Pedrosa, C. M. (2009). A construção de uma ferramenta social para promoção da saúde e dos direitos das mulheres. *Paideia*, 19(42), 123-129.
- Pereira, A. S., Dutra-Tomé L., & Koller S. H. (2016). Habilidades sociais e fatores de risco e proteção na adultez emergente. *Psico*, 47(4), 268-278.

- Poletto, M., & Koller, S. H. (2008). Contextos ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção. *Estudos de Psicologia*, 25(3), 405-416.
- Saffioti, H. I. B. (2001). Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*, (16), 115-136.
- Santos, D. F., Castro, D. S., Lima, E. F. A., Neto, L. A., Moura, M. A. V., & Leite, F. M. C. (2017). Percepção de mulheres acerca da violência vivenciada. *Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental Online*, 9(1), 193-199.
- Silva, E. P., & Monteiro, C. F. B. (2017). Estratégias de enfrentamento de mulheres vítimas de violência intrafamiliar: rotas de empoderamento. *Uningá Review*, 29(2), 110-117.
- Silva, L. L., Coelho, E. B. S., & Caponi, S. N. C. (2007). Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 11(21), 93-103.
- Silva, M. P. S., Santos, B. O., Ferreira, T. B., & Lopes, A. O. S. (2017). A violência e suas repercussões na vida da mulher contemporânea. *Revista de enfermagem UFPE online*, 11(8), 3057-3064.
- Silva, P. C. M., & Assumpção, A. A. (2018). Relação entre violência psicológica e depressão em mulheres: revisão narrativa. *Pretextos – Revista da Graduação em Psicologia PUC Minas*, 3(6), 102-115.
- Sousa, F. K. M. (2017). Narrativas sobre relacionamentos abusivos e mudança de sensibilidades do que é violência. *Seminário da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo*, São Paulo. https://www.fespsp.org.br/seminarios/anaisVII/GT_13/Fernanda_Sousa_GT13.pdf
- Strey, M. N. (2004). Violência de gênero: uma questão complexa e interminável. In *Violência, Gênero e Políticas Públicas* (pp. 13-43). Porto Alegre: EdIPUCRS.
- Strey, M. N. (2012). Violência e gênero: um casamento que tem tudo para dar certo. In *Violências e Gênero: coisas que a gente não gostaria de saber* (pp. 51-72). Porto Alegre: EdIPUCRS.
- Strey, M. N., Werba, G.C., & Nora, T.C. (2004). “Outra vez essa mulher?” Processo de atendimento a mulheres em situação de violência nas Delegacias de Mulher do RS. In *Violência, Gênero e Políticas Públicas* (pp. 101-122). Porto Alegre: EdIPUCRS.
- Sulsbach, P. A. (2018). A resiliência das mulheres que sofreram violência doméstica: uma revisão. *Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis*, 15(1), 111-129.
- Waiselfisz, J. J. (2015). *Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil*. Brasília: Flacso Brasil. Recuperado de https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaviolencia_2015_mulheres.pdf.
- World Health Organization (WHO). (2013). *Global and regional estimates of violence against women: prevalence and health effects of intimate partner violence and nonpartner*

sexual

violence.

http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/85239/1/9789241564625_eng.pdf

5 ARTIGO

Artigo a ser submetido ao periódico Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUCRJ). A formatação segue rigorosamente as normas estabelecidas pelo mesmo.

AS PERCEPÇÕES DE MULHERES UNIVERSITÁRIAS ACERCA DA VIVÊNCIA DE UM RELACIONAMENTO EMOCIONALMENTE ABUSIVO

THE PERCEPTIONS OF UNIVERSITY WOMEN ABOUT THE EXPERIENCE OF AN EMOTIONALLY ABUSIVE RELATIONSHIP

LAS PERCEPCIONES DE LAS MUJERES UNIVERSITARIAS ACERCA DE LA EXPERIENCIA DE UNA RELACIÓN EMOCIONALMENTE ABUSIVA

RESUMO

Introdução: O abuso emocional é uma das formas de manifestação da violência por parceiro íntimo. É entendido como qualquer ato contra mulher que cause prejuízo emocional, baixa autoestima ou que afete o seu pleno desenvolvimento. As manifestações podem ser explícitas ou veladas, o que se relaciona com a dificuldade de reconhecimento e a sua potencial invisibilidade na dinâmica estabelecida nas relações. **Método:** Estudo qualitativo do tipo exploratório-descritivo. Foram entrevistadas 12 mulheres com idades entre 18 e 25 anos estudantes de cursos de graduação e pós-graduação que identificaram a si próprias como tendo tido uma vivência pregressa em um relacionamento emocionalmente abusivo com o objetivo de compreender as suas percepções. Os dados foram analisados pela Análise Temática. **Resultados e Discussão:** Organizaram-se os resultados nos temas: “Não tinha vida dentro de mim” (com subtemas) e “Eu tenho medo de passar por isso de novo”, que se referem à sensação descrita pelas participantes de perda do senso de identidade e o posterior medo da repetição da experiência sentida por elas. **Conclusões:** O abuso emocional é percebido como uma experiência danosa e persistente na vida de mulheres

universitárias. Considera-se urgente a necessidade de reconhecer o abuso emocional como uma prática grave presente nos relacionamentos íntimos.

Palavras-chave: abuso emocional; mulheres universitárias; violência contra a mulher; violência por parceiro íntimo.

ABSTRACT

Introduction: Emotional abuse is one of the ways that male partners can manifest violence in their relationships. It is understood as any act against women that causes emotional problem, low self-esteem or that affects their development. The manifestations can be explicit or hidden, which is related to the difficulty of recognition due its lack of evidences based in the behaviors established in the relationships. **Method:** Qualitative study, exploratory-descriptive. In order to understand their perceptions twelve women aged between 18 and 25 years old students of graduate and undergraduate programs have been interviewed, they have identified themselves as having had a previous experience in an emotionally abusive relationship. The data were analyzed by Thematic Analysis. **Results and Discussion:** The results were organized in different themes: "There was no life inside me" (with subthemes) and "I am afraid going through it again", which refer to the feeling described by the participants of loss of identity followed by the fear of repeating the experience lived by them on the past. **Conclusions:** Emotional abuse is perceived as a harmful and constant experience in the lives of university women. There is an urgent need to recognize emotional abuse as a severe problem present in intimate relationships.

Key words: emotional abuse; university women; violence against women; intimate partner violence.

RESUMEN

Introducción: El abuso emocional es una de las formas de manifestación de la violencia de pareja. Se entiende como cualquier acto contra la mujer que cause daño emocional, baja autoestima o que

afecte su pleno desarrollo. Las manifestaciones pueden ser explícitas o veladas, lo cual se relaciona con la dificultad de reconocimiento y su potencial invisibilidad en las dinámicas establecidas en las relaciones. **Método:** Estudio cualitativo, exploratorio-descriptivo. Se entrevistaron 12 mujeres de entre 18 y 25 años estudiantes de grado y posgrado quienes se identificaron como habiendo tenido una experiencia previa en una relación emocionalmente abusiva con el fin de comprender sus percepciones. Los datos fueron analizados por Análisis Temático. **Resultados y Discusión:** Los resultados se organizaron en los temas: "No había vida dentro de mí" (con subtemas) y "Tengo miedo de volver a pasar por eso", que hacen referencia al sentimiento descrito por las participantes de pérdida del sentido de identidad y el subsiguiente miedo de la repetición de la experiencia sentido por ellas. **Conclusiones:** El abuso emocional se percibe como una experiencia nociva y persistente en la vida de las mujeres universitarias. Se considera urgente la necesidad de reconocer el abuso emocional como una práctica grave presente en las relaciones íntimas.

Palabras clave: abuso emocional; mujeres universitarias; violencia contra la mujer; violencia de pareja.

AS PERCEPÇÕES DE MULHERES UNIVERSITÁRIAS ACERCA DA VIVÊNCIA DE UM RELACIONAMENTO EMOCIONALMENTE ABUSIVO

Introdução

A violência por parceiro íntimo (VPI) é um fenômeno vivenciado por muitas mulheres ao redor do mundo. De acordo com a Organização Mundial da Saúde, uma a cada três mulheres já sofreu violência física e/ou sexual por seu parceiro nas suas relações íntimas (World Health Organization, 2017). Uma revisão da literatura sobre exposição à violência em países em desenvolvimento revela que mulheres são as vítimas mais vulneráveis, sendo os companheiros ou ex-companheiros os seus principais agressores (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020; Ribeiro, Andreoli, Ferri, Prince, & Mari, 2009). A VPI é compreendida como uma violação de direitos humanos e um problema mundial de saúde pública que independe das características socioeconômicas e demográficas da mulher, podendo perpassar por todos os contextos, impactando o seu envolvimento com a sociedade (World Health Organization, 2013). Diversos estudos pontuam as consequências graves na saúde mental de vítimas de VPI, com uma associação direta com o sofrimento emocional, sintomas de depressão e ansiedade, uso de álcool e outras drogas, transtornos mentais comuns e ideação suicida (Ribeiro et al., 2009). De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020), a VPI foi responsável por 89,9% das 1.326 mortes de mulheres por sua condição de gênero no ano de 2019. Esse alto índice de feminicídio demonstra a atual fragilidade das intervenções de proteção e prevenção oferecidas pelo Estado e pela sociedade no que refere a esse fenômeno (Souza, Pascoaletto, & Mendonça, 2018).

O abuso emocional é uma das formas de manifestação da VPI e possui ínfimos estudos com dedicação exclusiva a compreensão de suas consequências na vida das mulheres. Entretanto, o abuso emocional é mencionado na literatura como o tipo mais prevalente (Barros et al., 2016; Flake, Barros, Schraiber, & Menezes, 2013; Mendonça & Ludermir, 2017; Souza et al., 2018) e, em alguns

estudos, como o mais prejudicial para a saúde mental de mulheres (Estefan, Coulter, & VandeWeerd, 2016; Guerrero, 2016). Nesse sentido, por exemplo, o estudo realizado com mulheres na Flórida demonstrou que aquelas que tiveram experiência frequente (mais de uma vez por semana) de episódios de abuso emocional nos seus relacionamentos amorosos tiveram quase cinco vezes mais probabilidade de relatar sintomas de depressão em uma média de dois anos após a saída da relação, evidenciando inclusive a persistência dos seus efeitos mesmo após o término (Estefan et al., 2016). O abuso emocional também foi associado exclusivamente a sintomas de Transtorno Mental Comum (Mendonça & Ludermir, 2017; Santos & Monteiro, 2018), Transtorno de Estresse Pós-Traumático (Pico-Alfonso, 2005) e ideação suicida (Jina et al., 2012; Wolford-Clevenger et al., 2017).

Sabe-se que a compreensão conceitual acerca do abuso emocional ainda não conseguiu alinhar-se a um consenso, o que também contribui na dificuldade de acesso a produções científicas, já que variações do termo e do conceito podem estar sendo aplicadas. Neste estudo, compreende-se o abuso emocional como qualquer ato contra a mulher que cause prejuízo emocional, baixa autoestima ou que afete o seu pleno desenvolvimento. As manifestações do abuso emocional nas relações íntimas podem ocorrer através de ameaças, constrangimento, críticas, humilhação, manipulação, controle, perseguição, privação, chantagem, isolamento, entre outros comportamentos cuja finalidade é o prejuízo da saúde mental e da autodeterminação da vítima (Brasil, 2006; Jewkes, 2010, Neal, 2018). O abuso emocional pode ocorrer de maneiras explícitas ou veladas, o que pode se relacionar com a dificuldade de reconhecimento e a sua potencial invisibilidade na dinâmica estabelecida nas relações, sendo as suas variações de manifestações influenciadas pelas normas culturais estabelecidas e pela maneira como as vítimas as percebem (Álvarez, Aranda, & Huerto, 2015; Brasil, 2006; Jewkes, 2010; Neal, 2018; Stern, Gibbs, Willan, Dunkle, & Jewkes, 2019).

Portanto, a vivência de mulheres em relacionamentos emocionalmente abusivos se relaciona, em alguma medida, com a desigualdade de gênero vigente no sistema de valores de uma cultura patriarcal, no qual a dominação masculina ganha espaço e as manifestações do abuso

emocional são naturalizadas nessa interação (Alencar, 2019; Minayo, Assis, & Njaine, 2011; Stern et al., 2019). Em estudo realizado com homens universitários entre 20 e 23 anos notou-se a ocorrência de manifestações do abuso emocional praticados por eles em quase metade (46,8%) dos casos e tais condutas não foram compreendidas como abusivas, o que demonstra a sua recorrente banalização e, muitas vezes, uma visão distorcida de estratégia de resolução de problemas dos relacionamentos (Souza et al., 2018). A ausência de reconhecimento e a aceitação do abuso emocional como uma forma natural de se relacionar também foi identificada no estudo de Guerrero (2016) com estudantes universitários com idades entre 18 e 30 anos.

Karakurt e Silver (2013) mencionam que a vitimização ao abuso emocional é mais prevalente em jovens. Os resultados encontrados na pesquisa realizada por Siqueira, Leal, Fernandes, Melo e Campos (2018) vão ao encontro disso, mencionando que a faixa etária de 20 a 29 anos apresentou um aumento significativo na chance de mulheres sofrerem abuso emocional nos seus relacionamentos em comparação a outras formas de abuso. Arnett (2015) refere que o período vital de indivíduos com idades entre 18 e 25 anos, denominados de Adultos Emergentes, acomete mudanças sócio-históricas no modo de vida e favorece o envolvimento desses jovens em diversos relacionamentos amorosos antes de optarem por uma relação sólida. Tratam-se, portanto, de relacionamentos de cunho transitório e a forma como se moldura as relações amorosas nesse período pode ser transferido para relações futuras e eventualmente estáveis (Souza et al., 2018).

Além disso, Páramo e Arrigoni (2018) referem que o abuso emocional está presente na realidade de estudantes universitários no que diz respeito às suas relações de namoro. Pesquisa realizada demarca que mulheres com nível superior tiveram duas vezes mais chance de sofrer abuso emocional em seus relacionamentos íntimos do que outros tipos de abuso (Siqueira et al., 2018). Nesse sentido, de forma oposta ao que demonstra o entendimento vinculado ao senso comum de que pessoas com grau de escolaridade mais elevado, pelo acesso frequente à informação e à capacidade crítica, não vivenciariam situações abusivas nos seus relacionamentos, as pesquisas

apontam a potencial vulnerabilidade desse público (Páramo & Arrigoni, 2018; Siqueira et al., 2018).

Assim sendo, o presente estudo teve como intuito preencher algumas das lacunas das produções científicas acerca dos efeitos relacionados ao abuso emocional na vida de mulheres jovens e estudantes de ensino superior, procurando dar atenção exclusiva a essa problemática. Buscou-se compreender as percepções de mulheres universitárias com idades entre 18 e 25 anos que identificaram a si próprias como tendo tido uma vivência pregressa em um relacionamento emocionalmente abusivo.

Método

Trata-se de um estudo de cunho qualitativo do tipo exploratório-descritivo. Esse delineamento tem como objetivo uma aproximação com a temática a fim de compreendê-la e explorá-la em seus mais variados aspectos. Busca também identificar as características do fenômeno estudado (Gil, 2018).

Participantes

Participaram dessa pesquisa 12 mulheres com idades entre 18 e 25 anos matriculadas em cursos de graduação e pós-graduação de instituições de ensino superior com o entendimento da vivência pregressa de um relacionamento emocionalmente abusivo já finalizado. Foram consideradas as mulheres que identificaram a si próprias como tendo sido abusadas emocionalmente por um ex-parceiro, em relações heterossexuais e com tempo mínimo de três meses de relacionamento. Os critérios de exclusão foram ter sofrido abuso físico e/ou sexual no referido relacionamento. O número de participantes respeitou o critério de saturação (Fontanella, Ricas, & Turato, 2008).

A média de idade das participantes foi de 22,16 anos. As características sociodemográficas das entrevistadas estão discriminadas e podem ser visualizadas na Tabela 1. Para a preservação do sigilo e anonimato, as participantes serão identificadas por ordem numérica (E01, E02, E03,...).

Tabela 1 – Características das Entrevistadas

Entrevistadas/ Características	Idade	Raça/Cor Autorre- ferida	Estado civil atual	Escolaridade	Área de curso	Universi- dade	Renda familiar (salário mínimo)*	Tempo de relaciona- mento	Tempo do término	Vínculo com o ex- parceiro	Acompa- nhamento psicológico/ psiquiátrico
E01	23	Branca	Solteira	Graduação incompleta	Saúde	Pública	4 a 6	4 anos	3 anos	Namorado	Não/Não
E02	22	Branca	Solteira	Graduação incompleta	Saúde	Pública	7 a 9	2 anos e 6 meses	1 ano e 4 dias	Namorado	Não/Não
E03	25	Branca	Namo- rando	Graduação incompleta	Saúde	Particular	7 a 9	9 meses	1 ano e 6 meses	Namorado	Sim/Sim
E04	20	Branca	Solteira	Graduação incompleta	Saúde	Pública	7 a 9	2 anos	1 ano e 6 meses	Namorado	Sim/Não
E05	20	Branca	Solteira	Graduação incompleta	Saúde	Pública	4 a 6	1 ano e 2 meses	3 meses	Outros	Sim/Sim
E06	24	Branca	Noiva	Graduação incompleta	Saúde	Pública	Mais de 10	1 ano	2 anos	Namorado	Sim/Não
E07	21	Preta	Solteira	Graduação incompleta	Saúde	Particular	4 a 6	2 anos	7 meses	Namorado	Sim/Não
E08	22	Branca	Namo- rando	Graduação incompleta	Saúde	Particular	7 a 9	6 meses	3 anos e 8 meses	Namorado	Sim/Não
E09	22	Branca	Solteira	Graduação incompleta	Saúde	Pública	7 a 9	2 anos	3 anos	Namorado	Sim/Não
E10	22	Preta	Namo- rando	Graduação incompleta	Saúde	Pública	7 a 9	4 meses	3 anos	Namorado	Sim/Não
E11	24	Branca	Solteira	Mestrado incompleto	Saúde	Pública	1 a 3	4 anos e 3 meses	9 meses	Namorado	Sim/Não
E12	21	Branca	Namo- rando	Graduação incompleta	Saúde	Particular	1 a 3	3 anos	5 anos	Namorado	Sim/Não

* Correspondente ao valor vigente no país no ano de 2019.

Instrumentos

Foram aplicados os seguintes instrumentos:

(a) *Ficha de dados sociodemográficos*: Instrumento elaborado pelas pesquisadoras que teve o objetivo de coletar dados sociodemográficos das participantes como idade, raça/cor autorreferida, escolaridade, área de curso, renda familiar, entre outros. A ficha também contava com o critério de exclusão (ter sofrido abuso físico e/ou sexual) a fim de garantir o não preenchimento e não submeter a participante à pesquisa.

(b) *Entrevista individual semiestruturada*: Entrevista elaborada pelas pesquisadoras com 15 perguntas abertas que teve a finalidade de compreender as percepções das mulheres sobre a vivência no relacionamento emocionalmente abusivo. Esse tipo de entrevista apresenta um roteiro

flexível para a investigação da temática em foco, assegurando a sua abordagem na coleta de dados (Minayo, 2014). Algumas questões abordadas foram, por exemplo, como você descreve o seu antigo relacionamento? Que comportamentos do seu antigo parceiro você considerava abusivo? Como você se sentia diante desses comportamentos? Como você percebe que este relacionamento influencia nas suas relações amorosas atuais e futuras?

Procedimentos da coleta de dados

Foi divulgado de forma *online* um cartaz de anúncio para as interessadas na participação da pesquisa através das redes sociais (*Facebook* e *Instagram*), dos e-mails das secretarias dos cursos de instituições de ensino superior e da rede de contatos das pesquisadoras. Cartazes impressos também foram distribuídos na instituição de ensino das pesquisadoras. O cartaz de divulgação continha o convite para a pesquisa com os critérios de inclusão e exclusão a fim de selecionar as participantes adequadas para o estudo, além de informações acerca da confidencialidade e participação voluntária à pesquisa. As mulheres que se interessaram na participação da pesquisa entraram em contato com as pesquisadoras através do e-mail próprio da pesquisa para o agendamento da entrevista presencial e individual, conforme a disponibilidade e conveniência de cada participante.

Neste encontro foram realizados os devidos esclarecimentos a respeito da pesquisa. A realização da entrevista individual ocorreu na instituição de ensino das pesquisadoras em uma sala previamente agendada ou na instituição de ensino da própria participante, respeitando a sua conveniência, em locais com condições próprias para a condução da entrevista. Todas as entrevistas foram conduzidas pela mesma pesquisadora que tinha nível de escolaridade superior, experiência com a temática e foi devidamente treinada com o roteiro da entrevista. Ocorreu em horário de comum acordo, com duração aproximada de uma hora. As entrevistas foram gravadas em áudio e posteriormente transcritas para a análise dos dados. A divulgação e coleta de dados da pesquisa ocorreram no período de setembro a dezembro do ano de 2019.

Procedimentos éticos

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade XXXXXXXXXXXX, parecer 3.518.343 (CAAE: 14021819.6.0000.5345), em consonância com a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde que regulamenta a pesquisa com seres humanos no Brasil (Brasil, 2012). Todas as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que continha informações acerca da participação voluntária e não remunerada, o direito ao sigilo dos dados pessoais, o armazenamento dos mesmos, possíveis riscos e benefícios, além da opção da desistência em qualquer momento da pesquisa e o direito à devolução dos resultados ao final.

Procedimentos de análise dos dados

A análise dos dados foi realizada pelo método da Análise Temática proposto por Braun e Clarke (2006). Este método busca identificar, analisar e demarcar padrões de significados através dos dados coletados. Levaram-se em consideração as temáticas encontradas a partir da ligação com os próprios dados, de forma indutiva e em nível semântico. Para tanto, foi respeitado os seguintes procedimentos: familiarização com os dados e apontamento das ideias iniciais; codificação inicial das características; busca por temas; revisão dos temas; definição e nomeação dos temas e; produção dos resultados, com relação à análise, questão de pesquisa e literatura (Braun & Clarke, 2006). Além disso, as temáticas encontradas e as falas correspondentes foram avaliadas por dois juízes independentes a fins de adequação e relação entre si. A nomeação das juízas ocorreu a partir da experiência com a área de estudo.

Resultados e Discussão

Os dados foram organizados em duas temáticas denominadas: “Não tinha vida dentro de mim” e “Eu tenho medo de passar por isso de novo”, utilizando-se das falas das próprias participantes que explicam e abarcam o sentido da temática encontrada. O primeiro tema conta com subtemas, organizadas de modo a explorar a sequência de experiências que levaram as mulheres à sensação experimentada, delimitada nesta temática. O arranjo dos temas e subtemas pode ser visualizado na Figura 1. Em sequência, os temas e subtemas serão descritos a partir das experiências das mulheres participantes.

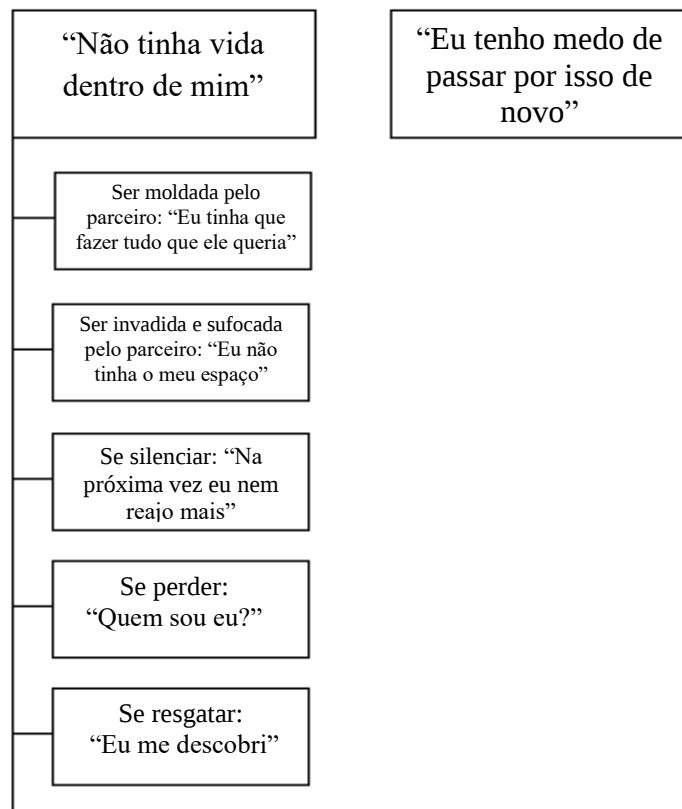


Figura 1: Arranjo das temáticas

“Não tinha vida dentro de mim”

Em relação à primeira temática, as participantes do estudo descreveram que durante a vivência no relacionamento emocionalmente abusivo, elas tinham a sensação de que a sua personalidade, individualidade e espontaneidade eram constantemente ameaçadas, fazendo, assim,

com que tudo aquilo que dizia respeito aos seus modos individuais de existir no mundo, se perdesse. Para explicar como as participantes descreveram isso, os subtemas serão mais bem explorados.

Ser moldada pelo parceiro: “Eu tinha que fazer tudo que ele queria”

O primeiro aspecto identificado nos resultados da pesquisa conta sobre a experiência das mulheres que descreveram nos seus relacionamentos uma sequência de exigências por parte dos parceiros, os quais solicitavam delas constantes mudanças de aparência, rotina, modos de pensar ou agir. As participantes mencionam isso como uma sensação do parceiro criar um “molde” de como elas deveriam ser e se comportar, contendo uma série de regras impostas e, através disso, demandando solicitações diversas do que elas deveriam cumprir para se encaixar nesse modelo. Para ilustrar isso, uma participante descreve:

“Ele ficou revoltado porque eu não tinha que cantar aquilo e como eu fui vestida, porque eu não tinha que ir não sei de quê jeito, ele queria que eu me comportasse do jeito que ele queria, ele inventou uma namorada na cabeça dele e queria que eu correspondesse a todas as expectativas dele naquele molde ideal que ele criou” (E10).

Desse modo, pode-se compreender essa experiência como uma forma de controle praticada pelos parceiros, que se trata de um comportamento fortemente embasado na literatura como uma manifestação do abuso emocional muito presente nas relações abusivas (Alencar, 2019; Crawford, Liebling-Kalifani, & Hill, 2009; Lynch, 2013; Stern et al., 2019). Ao encontro disso, na pesquisa realizada por Lynch (2013), as mulheres entrevistadas que relataram a vivência de um relacionamento abusivo também contam que o controle dos parceiros ocorreu através da influência no seu jeito de ser, as definindo enquanto maneiras de agir. O uso do controle, nesse sentido, é uma tentativa de garantir com que a parceira permaneça sobre o seu domínio (Alencar, 2019).

Uma participante menciona que nem sempre essas exigências surgiam de formas explícitas, como descreve: “Ele dizia ‘eu nunca vou te exigir, mas eu ficaria muito, muito, muito feliz que tu

não beba também’. Fiquei quase 4 anos sem beber [referindo-se a bebidas alcoólicas]” (E11). Neal (2018) declara que o abuso emocional pode ser muito sutil, necessitando levar em consideração a forma como a vítima se sente, já que os comportamentos podem ser tão velados que parecem pouco ameaçadores. Além disso, muitas vezes esses comportamentos podem vir disfarçados de elogios, o que pode contribuir para que as mulheres se sintam confusas perante o seu relacionamento (Lammers, Ritchie, & Robertson, 2005; Neal, 2018).

As participantes referem que a partir dessas manifestações de controle constantes, tinham como resposta uma necessidade de ceder ao parceiro como única alternativa de manter o relacionamento. Uma participante explica isso da seguinte forma:

“Me sentia, tipo assim ‘se tu quer tá comigo, então tu não te tatua, tu não pinta o cabelo, tu não viaja, tu vai em todos os eventos da minha família. Se tu não fizer isso, se tu não for essa pessoa, tu não tá comigo’. Eu me sentia pressionada para tomar uma decisão, sabe? Parecia que... Ou eu era eu mesma e fazia as coisas que eu queria... E não estaria com ele, ou eu teria que abrir mão dessas coisas para ficar com ele” (E11).

Outra participante acrescenta:

“Eu sempre sentia que... Eu tinha que concordar com tudo que ele falava, eu tinha que concordar com tudo que ele sugeria, eu tinha que fazer tudo que ele queria para continuar com ele” (E09).

Na pesquisa realizada por Stafford e Draucker (2019), o autossacrifício foi um comportamento descrito pela maioria das entrevistadas que contaram sobre a visão de si mesmas em relacionamentos abusivos vividos por elas. Essa característica foi demonstrada no momento em que as mulheres mudaram os seus comportamentos para agradar os parceiros ou para não perder a relação, mesmo quando isso necessitasse a renúncia da sua própria felicidade, colocando o bem-estar do relacionamento como prioridade.

Assim sendo, ao longo do relacionamento, as participantes contam que mesmo cedendo em muitos aspectos aos parceiros, ainda parecia não ser suficiente aos padrões impostos, com necessidade de fazer mais, o que culminou, desse modo, com a percepção, em um determinado

momento, de que elas tinham alterado o seu jeito de ser. “Era sempre aquela sensação de que ‘ah, eu não tô fazendo o suficiente, eu não estou sendo boa o suficiente, daí ele não tá feliz’. E aí eu ia ficando cada vez mais angustiada” (E09) e “Eu me anulei total, assim. [...] Eu aceitei muitas coisas, eu me mudei várias vezes para caber ali naquela coisa” (E06). As autoras Lammers et al. (2005) referem que muitas mulheres envolvidas em mecanismos de controle acabam por mudar a si mesmas para poderem ser aceitas pelos parceiros, com esforços contínuos para alcançarem o modelo de pessoa que os parceiros postulam, perdendo a sua própria identidade nesse processo, o que vem ao encontro da experiência das participantes de se sentirem “moldadas”.

Ser invadida e sufocada pelo parceiro: “Eu não tinha o meu espaço”

Inseridas nesse aspecto do relacionamento de terem sido moldadas pelos parceiros, as participantes do estudo mencionam que nesse processo culminava uma sensação de sentirem os seus espaços físicos sendo constantemente invadidos e desrespeitados. Uma participante ilustra isso, contando:

“Era a minha turma, eu tinha as minhas amigas que eu sempre sentava junto [...] e ele se enfiou ali, no meu mundo. [...] Me sentia incomodada porque eu não tinha o meu espaço, na vida, nos relacionamentos e nem físico, nem para anotar coisa na aula, eu me sentia invadida, só que não reconhecia direito, me sentia desconfortável” (E08).

Nesse processo de ter os seus espaços físicos invadidos pelos parceiros, muitas mulheres do estudo mencionam uma sensação em comum: “Depois eu fui me sentindo muito sufocada. Sufocada a ponto de estar dentro de uma piscina só com a cabeça assim, sem conseguir respirar” (E03), “Eu me sentia sufocada e triste. Eu chorava muito, assim. Eu lembro de deitar várias vezes e chorar na frente dele de cansada... Cansada... [...] Eu me sentia cansada o tempo inteiro. Eu acordava cansada, eu me sentia como se ele tivesse... Me sugando assim, sabe?” (E06) e por último, “Sufocada, extremamente sufocada... E era tanto que não bastava eu falar para as minhas amigas. [...]

Extremamente sufocada, asfixiada, era assim que eu me sentia. [...] Eu me sentia cada vez mais sufocada” (E10).

É comum encontrarmos na literatura sentimentos das vítimas de abuso emocional como, por exemplo, tristeza, angústia, ansiedade, raiva, culpa, nojo e frustração (Avdibegovic, Brkic, & Sinanovic, 2017; Páramo & Arrigoni, 2018). Alguns estudos mencionam o cansaço, que também foi referido pelas participantes no presente estudo (Mendonça & Ludermit, 2017; Santos & Monteiro, 2018). No entanto, apesar da literatura científica investigada não mencionar propriamente a sensação de sufocamento e invasão de espaço, essa menção das vítimas, que pode ter sido proporcionada pela investigação qualitativa da pesquisa, chamou fortemente a atenção pela sua recorrência. Isso nos mostra que o dado encontrado tem um significativo valor pelo caráter inovador e deve ser um ponto importante a ser reconhecido e explorado por pesquisas.

Se silenciar: “Da próxima vez eu nem reajo mais”

Nesse processo de exigências constantes, sufocamento e invasão de espaço, as próprias participantes passam a se considerar fragilizadas. Neste sentido, a resposta das mulheres passou a ser se silenciar diante de tudo o que o parceiro solicitava ou dizia. Uma participante explica:

“Completamente, completamente passiva, porque tu tá com uma autoestima tão baixa, já tá com uma moral tão baixa, já tá com a inteligência tão baixa, que tu vai tentando, sabe? Tipo, tu acaba ‘ai, deixa assim, eu nem vou reagir mais, não vai fazer diferença nenhuma se tu dizer que tá certa ou errada a minha opinião, minha voz, eu’. Uma coisa muito forte que eu acabava ‘ai, tá, é isso aí mesmo’ (E01).

Além disso, as participantes acrescentam que a estratégia dos parceiros parecia ser justamente fragiliza-las: “Parece que ele também pegava bem na ferida, assim, eu não sei te dizer um exemplo, mas eu consigo pensar nisso de que ele pegava bem na ferida e ia cutucando até... Até eu acatar” (E12). A pesquisa realizada por Stafford e Draucker (2019) menciona que a maioria das participantes que vivenciaram um relacionamento abusivo teve como resposta o silêncio perante os

seus parceiros, abdicando de expressar as suas necessidades, sentimentos ou opiniões para não desagradar, até mesmo não os confrontando mais, mesmo quando os comportamentos dos parceiros eram considerados danosos por elas. De forma semelhante, as participantes do estudo de Lammers et al. (2005) contam que, no momento em que o parceiro dizia que lhes amava, deixavam os seus pontos de vista de lado para cumprir com os pedidos solicitados.

No presente estudo, as participantes mencionam que uma das motivações para não contrapor as solicitações do parceiro era a ideia de que não havia possibilidade de um desfecho diferente, tendo como único caminho resignar-se à situação:

“Então, daí tu vê, da próxima vez eu nem reajo mais, é tipo isso, sabe? ‘Já que é assim, aí deixa ali ele do jeito dele, eu nem vou estudar mais isso, eu nem vou falar mais nada’. Tu tocava... como tu... é meio, sei lá, meio que uma reação... Que tu... uma defesa assim, não sei te explicar. Tu meio que ‘ai, já que é assim então, que vai sempre acontecer, eu não quero que isso aconteça de novo, então deixa quieto, não vou falar’” (E01).

No entanto, a mais recorrente das motivações foi o medo frequente das participantes de sofrer represálias pelo não cumprimento das exigências. Como nesse exemplo:

“É porque eu sabia que, se eu não fizesse, eu ia ter um... Sabe? Uma consequência. Eu não ia mais ver ele por um tempo, ele ia brigar comigo ou ia me falar coisas que eu não gosto, coisas, assim, pesadas que ele falava às vezes. Então... [...] Eu acho que era medo, assim. Não medo de alguma coisa física, mas medo de não saber como que ia ser depois, sabe? [...] Daí eu pensava ‘ah, se eu não fizer o que ele quer, ou enfim, o que ele pode fazer, acho que vai ser pior, eu acho que vai ser mais frio ainda comigo. Não sei como as coisas vão continuar, se vão continuar e...’. Aí, tá. Eu pensei ‘tá’” (E05).

As participantes dos estudos de Alencar (2019) e Stern et al. (2019) também mencionam em suas experiências a frequência do sofrimento sentido com as punições ou ameaças vindas por parte dos parceiros em detrimento da possibilidade do não cumprimento das solicitações. As repreensões eram, por exemplo, controlar a sua autonomia, proibir de circular livremente, expulsá-las de casa ou

fazer um tratamento de silêncio, permanecendo um período sem se comunicar com a parceira (Stern et al., 2019).

Se perder: “Quem sou eu?”

Diante da sequência de experiências vividas pelas participantes em seus relacionamentos, elas descreveram que após serem moldadas, se sentirem sufocadas, acabarem se silenciando frente às demandas dos parceiros, o resultado percebido foi a perda de si. As mulheres relatam que em um determinado momento passaram a não se reconhecerem mais, tendo, portanto, o seu senso de identidade diretamente infringido. Uma das participantes relata:

“Tu acaba esquecendo quem tu é, tu acaba esquecendo hã... Que tu é uma pessoa legal, que tu consegue se relacionar bem com outras pessoas (risos) e tu acaba virando ele assim, praticamente. Parecia que ele queria isso. É muito doido pensar. Psicologicamente assim é... O jeito que faz, sabe? É leve, é devagar, mas ao mesmo tempo te pega de uma forma muito pesada. Horrível assim” (E01).

A literatura já aponta com diferentes estudos de que a experiência de ser abusada nas relações íntimas afeta negativamente a autopercepção e o senso de identidade das vítimas (Crawford et al., 2009; Lammers et al., 2005; Lynch, 2013; Matheson et al., 2015; Queen, Nurse, Brackley, & Williams, 2009; Stafford & Draucker, 2019). Matheson et al. (2015) referem que os ataques constantes à personalidade e ao senso de valor das mulheres durante o relacionamento emocionalmente abusivo apresenta como efeitos o desgaste na individualidade, uma exaustão emocional e repercussões importantes no bem-estar das mulheres. As mesmas autoras mencionam que embora as mulheres possam tentar se proteger desses ataques e da tentativa de destruição de suas identidades, trata-se de um resultado inevitável da vivência de um relacionamento abusivo.

Nesse sentido, a perda de si é tão marcante na vida dessas mulheres, que a sensação vivida durante o relacionamento é descrita por uma das participantes da seguinte forma:

“Ele me machucou muito, assim, emocional, ele invadiu muito, assim, me deixou na raspa da raspa e deu, acabou o relacionamento e eu não sou nada. [...] Parece que eu **não tinha vida dentro de mim**, assim, nem falando de fora, amigos, porque eu realmente não tinha, dentro de mim já não tinha mais vida e parecia que era só um corpo vagando” (E12).

Essa mesma sensação de perda de essência humana foi descrita por outra participante da sua maneira: “Eu não me sentia mais eu, me sentia uma ameba” (E06). No estudo realizado por Queen et al. (2009) com mulheres abusadas emocionalmente foi identificado um resultado semelhante, chamado pelas autoras de “dissociação do *self*”, no qual as mulheres descreveram que não se sentiam uma pessoa e que foram separadas de suas verdadeiras personalidades durante a experiência no relacionamento.

Essa sensação vivida internamente pelas mulheres participantes do estudo era de alguma maneira percebida também pelas pessoas que conviviam com elas, já que amigos íntimos e familiares diziam não as reconhecerem mais, de acordo com os seus relatos:

“As minhas amigas falaram depois que elas percebiam, eu sempre fui uma pessoa muito falante, muito feliz, muito, né? Sempre gostei da vida e elas falaram que desde que eu comecei a namorar ele, eu tinha perdido o meu brilho, que eu tava sempre triste, emburrada, para baixo, que eu era outra pessoa, da água para o vinho” (E08).

Crawford et al. (2009) referem na sua pesquisa que as mulheres, após se darem conta da sensação de perda de si, necessitaram da ajuda de outras pessoas, uma vez que tinham dificuldades de reconhecer a si próprias, os seus recursos, habilidades e ter confiança na sua tomada de decisões. As participantes mencionam, dessa forma, sobre a importância das pessoas ao seu redor.

Assim sendo, a partir do término da relação, as participantes contam que começaram a se questionar acerca de quem elas verdadeiramente eram. A fala da E11 mostra esse sentimento:

“Hoje em dia, uma coisa que eu me pergunto é... Eu sei que a gente tá sempre em constante mudança, mas tipo, eu namorei com ele dos 19 aos 23. E é uma fase muito de construção de identidade. E eu sei que tipo, tu não vai... Tudo é uma construção de

identidade, nunca vai ser assim um papel em branco que não é moldado por nada, né? [...] Mas eu me pergunto muito assim, quanto da minha personalidade, da pessoa que eu era, que eu sou, foi moldada pela relação? (pausa) [...] O que molda a pessoa que eu tô me tornando? [...] Quanto que eu sou hoje em dia que é devido a essa manipulação? Que que interferiu na minha vida? Quantas coisas que eu fiz, que eu deixei de fazer? Quem sou eu?” (E11).

No estudo de Lynch (2013) as mulheres também descreveram uma sensação de confusão e incerteza sobre si mesmas. A experiência de construção de identidade da adulta emergente, período do ciclo vital das mulheres entrevistadas neste estudo, é demarcada pela possibilidade de explorá-la intensamente nos diferentes aspectos de vida (Arnett, Dutra-Thomé, & Koller, 2018), o que pode se tornar especialmente difícil e dolorosa essa tentativa de autodescobertas quando inseridas em um ambiente pouco favorável, como é um relacionamento emocionalmente abusivo (Stafford & Draucker, 2019).

Se resgatar: “Eu me descobri”

O processo de perda de senso de identidade durante o relacionamento emocionalmente abusivo foi muito evidenciado pelas participantes do estudo. Essa experiência possibilitou às mulheres, ao final do relacionamento, o encontro com um novo processo: o resgate de si. “Acho que foi com o tempo que eu fui criando mais vida dentro de mim, de acho que isso, de ir criando um pouco de vida a cada dia, assim, fui construindo isso.” (E12). A jornada de recuperação das mulheres após o término de um relacionamento abusivo é mencionada na literatura por muitos estudos (Crawford et al., 2009; Hou, Ko, & Shu, 2013; Lammers et al., 2005; Lynch, 2013; Matheson et al., 2015; Stafford & Draucker, 2019), referindo como um longo processo de autorreflexão e restabelecimento de valor próprio. O resgate do senso de identidade é compreendido como o aspecto central no enfrentamento dos efeitos negativos do relacionamento (Hou et al., 2013).

Lammers et al. (2005) referem que o processo de recuperação das vítimas de abuso emocional ocorre em etapas, sendo um primeiro momento a fase de conscientização da própria mudança na individualidade afetada pela relação, se conectando com essa transformação. Uma participante ilustra esse momento:

“Eu vi que o meu tempo era passar do lado dele fazendo as coisas que ele gostava. E daí eu comecei a me questionar isso. [...] Aos poucos que eu fui me ligando que... Que aquilo tava me prendendo, que eu não conseguia fazer o que eu queria, que eu não conseguia ser quem eu queria, e que eu não sabia mais nem quem eu era e quem eu queria ser” (E11).

As autoras (Lammers et al., 2005) mencionam que esse processo pode gerar raiva nas mulheres e, assim, elas iniciam um movimento de distanciamento dos ex-parceiros como uma tentativa de autoproteção, reconquistando o poder de suas vidas. A desconexão também é descrita por Lynch (2013) como meio de resgatar a sua força interna e o senso positivo de si. Hou et al. (2013) acrescentam outras etapas no processo de recuperação: criar autonomia e controle de suas vidas, reconhecer as suas imperfeições, aceitar o apoio de outras pessoas e confiar em si mesmas ao ajudar outras mulheres.

Essa nova jornada foi descrita pelas mulheres deste estudo como uma oportunidade de olharem para si, indo ao encontro de suas necessidades, desejos e valores, considerando cada passo dessa construção. Foi o resgate da espontaneidade, autenticidade e individualidade de cada participante. Um resgate de vida. Um reencontro verdadeiramente corajoso, no qual elas puderam experimentar a sensação de liberdade ao transpor para o mundo o seu caminho de autodescoberta. “Muito mais livre, nossa. E muito mais... Eu sei o que eu gosto, eu sei o que eu não gosto, eu sei o que eu quero experimentar. [...] Enfim, eu acho que eu me descobri.” (E11).

“Eu tenho medo de passar por isso de novo”

A segunda temática foi mencionada por 8 das 12 participantes deste estudo. Ao se referirem sobre o término do relacionamento e os possíveis efeitos que identificam atualmente nas suas novas relações amorosas, as mulheres contam sobre um medo muito intenso de viver o mesmo cenário mais uma vez, exigindo-se delas uma tomada de atitude imediata. “Por exemplo, conheci uma pessoa, aí ela fala alguma coisa para mim, um ‘ai’ que eu já ouvi antes, eu falo ‘não tá dando’, sabe? Não vai... Isso aí já passei antes e não quero passar de novo, já corto no início” (E02). Para se protegerem da possibilidade de uma repetição, as mulheres permanecem próximas a um estado de alerta, buscando observar e avaliar todos os comportamentos dos atuais parceiros, a fim de compreender se não são sinais de um relacionamento emocionalmente abusivo: “Eu acostumei a ficar... Notar... Observar... As ações das pessoas, pensando nisso, sabe?” (E04).

O estado de alerta, também conhecido por hipervigilância, é um sintoma de estresse condizente à vivência posterior a um evento traumático (APA, 2014). Nesse sentido, sabe-se que o abuso emocional pode ser um potente causador de dano emocional (Jina et al., 2012; Mendonça & Ludermir, 2017; Pico-Alfonso, 2005; Santos & Monteiro, 2018; Wolford-Clevenger et al., 2017). O medo tem sido relatado por muitas mulheres que sofreram abusos nas suas relações íntimas (Alencar, 2019; Lammers et al., 2005). Além disso, uma revisão da literatura aponta para estudos que demonstram uma ligação entre a vivência de um relacionamento abusivo e hiperativações cerebrais de percepções do perigo, generalizando as respostas de medo a estímulos inespecíficos da ameaça, como um aprendizado cerebral decorrente da experiência do relacionamento (Wong, Fong, Lai, & Tiwari, 2014).

A preocupação constante de estar a frente de uma ameaça em potencial também foi descrita pelas mulheres na pesquisa de Matheson et al. (2015) que referem ter aprendido os sinais do abuso emocional e que, por isso, não viveriam algo parecido outra vez. Nas entrevistas realizadas no estudo de Tajer, Gaba e Reid (2013) com mulheres vítimas de abusos, a respeito dos impactos do abuso emocional, as entrevistadas também contam sobre a sensação do medo generalizado e a necessidade de vigília permanente como uma forma de autoproteção. Além disso, participantes do

estudo de Queen et al. (2009) relataram viver em estado de alerta constante já que não conseguiam acreditar que os atuais parceiros não seriam emocionalmente abusivos, apresentando reações, ditas por elas, como exageradas e na espera do pior. Ademais, a entrada em um novo relacionamento era por vezes temida por não acreditarem na própria capacidade de escolherem um bom parceiro (Crawford et al., 2009).

Um dos motivos referidos pelas participantes deste estudo sobre a necessidade de alerta constante é justamente o aspecto da invisibilidade presente no abuso emocional, como explica:

“Parece que eu tenho muito medo porque foi algo tão invisível para mim que foi uma coisa que eu percebi só depois, então eu tenho medo de estar vivendo e não estar percebendo [...] **Eu tenho medo de passar por isso de novo** e não estar vendo” (E12).

Como também mostra no estudo de Guerrero (2016), a ausência de percepção por parte das vítimas de que estão em uma situação de abuso nos seus relacionamentos é frequentemente relatada. Sabe-se que o abuso emocional possui um caráter sutil, contribuindo para a dificuldade do seu reconhecimento. Além disso, o aprendizado cultural da dinâmica das relações auxilia para que muitos comportamentos emocionalmente abusivos sejam socialmente aceitáveis e compreendidos como naturais (Lammers et al., 2005). A escassez de comunicações midiáticas que retratem o abuso emocional, dando espaço por vezes apenas para as outras formas de abuso, pode ajudar a manter a sua invisibilidade (Matheson et al., 2015). Esses aspectos podem explicar o motivo pelo qual as mulheres apenas encontram na sua vigília constante o único recurso de proteção.

As participantes também mencionam que se torna improvável não desenvolver um receio em novos relacionamentos após a vivência do abuso emocional. Uma participante refere isso da seguinte forma:

“Quem sofreu, quem teve algum relacionamento nesse perfil vai sempre ter um pezinho atrás, no mínimo um atrás. [...] É algo que por mínima que seja a experiência, claro que a gente não mede sofrimento nunca, mas tu sempre vai ter um pé atrás e aí isso pode acabar estragando um [novo] relacionamento até, né? [...] Então é muito difícil. Acho que isso deixa marcas, não tem como não deixar, né?” (E08).

As autoras Queen et al. (2009) compreendem que os efeitos do abuso emocional não cessam com o fim do referido relacionamento. A vivência de ser abusada emocionalmente e as consequências sentidas no seu senso de identidade ocorrem através de um processo, indo para além dos períodos de manifestações do comportamento em si. Portanto, consideram que essa experiência pode ser vista como uma junção do passado, presente e futuro dessas mulheres, atravessando o tempo e as suas histórias de vida.

Conclusões

O abuso emocional nas relações íntimas de mulheres universitárias é percebido como uma experiência danosa e persistente na vida das vítimas. A maneira como a dinâmica da relação é sentida por elas como uma perda do seu senso de identidade e o posterior medo da repetição da experiência parece acompanhar o dia a dia das suas relações amorosas. Além disso, as mulheres procuram fazer movimentos de resgate da autenticidade tão infringida durante o relacionamento, exigindo delas um esforço de reencontro com a sua individualidade.

O carácter invisível do abuso emocional permite com que as suas manifestações encontrem espaço no contorno das relações amorosas e nas crenças sociais sobre o significado de um relacionamento íntimo. Nesse sentido, compreende-se que falar sobre o abuso emocional é uma forma de tentar romper com a naturalização de suas práticas, impedindo a combinação por vezes estabelecida entre abuso e amor. Incentiva-se que mais movimentos sociais e produções científicas possam investigar e expor a compreensão exclusiva do abuso emocional nas relações íntimas, considerando a sua manifestação como independente dos abusos físicos e/ou sexuais, mas potencialmente danosos. O abuso emocional pode anteceder agressões físicas e sexuais e, assim sendo, propor intervenções nessa temática também significa contribuir na prevenção de outras formas de abusos e do feminicídio, considerado o último estágio de uma relação abusiva.

Dentre as limitações do estudo, o perfil das participantes universitárias foi mais restrito do que se esperava, procurando a pesquisa apenas as estudantes de cursos da área da saúde, tornando a amostra menos variada nesse aspecto. Propõe-se que pesquisas futuras explorem esse fenômeno também em relações homoafetivas e que investiguem formas de prevenção ao abuso emocional, principalmente com jovens e adolescentes.

Com a presente pesquisa espera-se contribuir com a prática de profissionais que atendem casos de relacionamentos emocionalmente abusivos, demonstrando a importância de intervir no senso de identidade das mulheres vítimas e auxiliar no seu processo de resgate de si. Nesse sentido, destaca-se a necessidade de sensibilizar os profissionais a respeito do impacto desses efeitos, ofertando instrumentos e formas de trabalho que possam ser mais efetivos e estar alinhados com as reais necessidades das vítimas. Considera-se urgente a importância de reconhecer o abuso emocional como uma prática tão grave como qualquer outra manifestação de abuso (física, sexual, patrimonial ou moral) e sua alta recorrência, além da necessidade de identificação na prática diária dos profissionais.

Referências

- Alencar, R. B. (2019). *Violência Psicológica no Casal: Gênero, Cultura da Honra e Regulação Emocional*. (Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus).
- Álvarez, C. D., Aranda, B. E., & Huerto, J. A. L. (2015). Gender and cultural effects on perception of psychological violence in the partner. *Psicothema*, 27(4), 381-387. doi: 10.7334/psicothema2015.54.
- American Psychological Association (APA) (2014). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5* (5ª ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Arnett, J. J. (2015). *Emerging Adulthood: The Widding Road from the Late Teens Throught the Twenties* (2º ed.). New York: Oxford University Press.
- Arnett, J. J., Dutra-Thomé, L., & Koller, S. H. (2018). Adultez Emergente: a proposta de uma nova perspectiva desenvolvimental sobre a transição para a vida adulta no Brasil. In: *Adultez*

Emergente no Brasil: nova perspectiva desenvolvimental sobre a transição para a Vida Adulta (pp. 13-24). São Paulo: Vetor.

- Avdibegovic, E., Brkic, M., & Sinanovic, O. (2017). Emotional Profile of Women Victims of Domestic Violence. *Mater Sociomed*, 29 (2), 109-113. doi: 10.5455 / msm.2017.29.109-113.
- Barros, E. N., Silva, M. A., Neto, G. H. F., Lucena, S. G., Ponzo, L., & Pimentel, A. P. (2016). Prevalência e fatores associados à violência por parceiro íntimo em mulheres de uma comunidade em Recife/Pernambuco, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(2), 591-598. doi: <https://doi.org/10.1590/1413-81232015212.10672015>
- Brasil. Presidência da República. (2006). *Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006*. Brasília: DF. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm.
- Brasil. Ministério da Saúde. (2012). *Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012*. Brasília: DF. Recuperado de http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html.
- Braun, V. & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101. doi: doi.org/10.1191/1478088706qp063oa.
- Crawford, E., Liebling-Kalifani, H., & Hill, V. (2009). Women's Understanding of the Effects of Domestic Abuse: The Impact on Their Identity, Sense of Self and Resilience. A Grounded Theory Approach. *Journal of International Women's Studies*, 11(2), 63-82. doi: <https://vc.bridgew.edu/jiws/vol11/iss2/5/>.
- Estefan, L. F., Coulter, M. L., & VandeWeerd, C. (2016). Depression in Women Who Have Left Violent Relationships: The Unique Impact of Frequent Emotional Abuse. *Violence Against Women*, 22(11) 1397-1413. doi: 10.1177/1077801215624792.
- Flake, T. A., Barros, C., Schraiber, L. B., & Menezes, P. R. (2013). Violência por parceiro íntimo entre estudantes de duas universidades do Estado de São Paulo, Brasil. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 16(4), 801-816. doi: <https://doi.org/10.1590/S1415-790X2013000400001>
- Fontanella, B. J. B., Ricas J., & Turato, E. R. (2008). Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. *Cadernos de Saúde Pública*, 24(1), 17-27. doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2008000100003>
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>.
- Gil, A. C. (2018). *Como elaborar projetos de pesquisa* (6 ed). São Paulo: Editora Atlas.
- Guerrero, D. C. M. (2016). *Violência no Namoro: Avaliação e as Estratégias de Enfrentamento de Vítimas e Agressores*. (Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória).

- Hou, W-L., Ko, N-Y., & Shu, B-C. (2013). Recovery Experiences of Taiwanese Women After Terminating Abusive Relationships: A Phenomenology Study. *Journal of Interpersonal Violence*, 28(1), 157-175. doi: 10.1177/0886260512448851.
- Jewkes, R. (2010). Emotional abuse: a neglected dimension of partner violence. *Lancet*, 376(9744), 851-852. doi: 10.1016/S0140-6736(10)61079-3.
- Jina, R., Jewkes, R., Hoffman, S., Dunkle, K. L., Nduna, M., & Shai, N. J. (2012). Adverse mental health outcomes associated with emotional abuse in young rural South African women: a cross-sectional study. *J Interpers Violence*, 27(5), 862–880. doi: 10.1177/0886260511423247.
- Karakurt, G., & Silver, K. E. (2013). Emotional abuse in intimate relationships: the role of gender and age. *Violence and Victims*, 28 (5), 804-21. doi: 10.1891/0886-6708.vv-d-12-00041.
- Lammers, M., Ritchie, J., & Robertson, N. (2005). Women's Experience of Emocional Abuse in Intimate Relationships. *Journal of Emotional Abuse*, 5(1), 29-64. doi: 10.1300/J135v05n01_02.
- Lynch, S. M. (2013). Not Good Enough and On a Tether: Exploring How Violent Relationships Impact Women's Sense of Self. *Psychodynamic Psychiatry*, 41(2), 219-246. doi: 10.1521/pdps.2013.41.2.219.
- Matheson, F. I., Daoud, N., Hamilton-Wright, S., Borenstein, H., Pedersen, C., & O'Campo, P. (2015). Where Did She Go? The Transformation of Self-esteem, Self-Identity, and Mental Well-Being among Women Who Have Experienced Intimate Partner Violence. *Women's Health Issues*, 25(5), 561-569. doi: <https://doi.org/10.1016/j.whi.2015.04.006>.
- Mendonça, M. F. S., & Ludermit, A. B. (2017). Violência por parceiro íntimo e incidência de transtorno mental comum. *Revista de Saúde Pública*, 51(32). doi: <https://doi.org/10.1590/S1518-8787.2017051006912>.
- Minayo, M. C. S. (2014). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde* (14 ed). São Paulo: Editora Hucitec.
- Minayo, M. S. C., Assis, S. G., & Njaine, K. (2011). *Amor e Violência: um paradoxo das relações de namoro e do 'ficar' entre jovens brasileiros*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Neal, A. (2018). *Relações destrutivas: Se ele é tão bom assim, por que eu me sinto tão mal?* São Paulo: Editora Gente.
- Páramo, M. A., & Arrigoni, F. (2018). Violencia psicológica en la relación de noviazgo en estudiantes universitarios mendocinos (Argentina). *Archivos de Medicina*, 18(2). doi: <https://doi.org/10.30554/archmed.18.2.2738.2018>.
- Pico-Alfonso, M. A. (2005). Psychological intimate partner violence: the major predictor of posttraumatic stress disorder in abused women. *Neuroscience & Biobehavioral Reviews*, 29(1), 181-193. doi: <https://doi.org/10.1016/j.neubiorev.2004.08.010>.

- Queen, J., Nurse, A., Brackley, M. H., & Williams, G. B. (2009). Being Emotionally Abused: A Phenomenological Study of Adult Women's Experiences of Emotionally Abusive Intimate Partner Relationships. *Issues in Mental Health Nursing*, 30, 237–245. doi: 10.1080/01612840802701257.
- Ribeiro, W. S., Andreoli, S. B., Ferri, C. P., Prince, M., & Mari, J. J. (2009). Exposição à violência e problemas de saúde mental em países em desenvolvimento: uma revisão da literatura. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 31(Supl II), S49-S49. <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-44462009000600003>.
- Santos, A. G., & Monteiro, C. F. S. (2018). Domínios dos transtornos mentais comuns em mulheres que relataram violência por parceiro íntimo. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 26(e3099). doi: 10.1590/1518-8345.2740.3099.
- Siqueira, V. B., Leal, I. S., Fernandes, F. E. C. V., Melo, R. A., & Campos, M. E. A. L. (2018). Violência psicológica contra mulheres usuárias da atenção primária à saúde. *Revista de APS - Atenção Primária à Saúde*, 21(3), 437-449. doi: <https://doi.org/10.34019/1809-8363.2018.v21.16379>.
- Souza, T. M. C., Pascoaleto, T. E., & Mendonça, N. D. (2018). Violência contra mulher no namoro: percepções de jovens universitários. *Revista Psicologia e Saúde*, 10(3), 31-43. doi: <http://dx.doi.org/10.20435/pssa.v10i3.695>.
- Stafford, A. M., & Draucker, C. B. (2019). Emerging Adult Women's Views-of-Self in Intimate Partner Relationships that are Troubled. *Issues in Mental Health Nursing*, 40(4), 289-296. doi: <https://doi.org/10.1080/01612840.2018.1524529>.
- Stern, E., Gibbs A., Willan S., Dunkle K. & Jewkes. R. (2019). 'When you talk to someone in a bad way or always put her under pressure, it is actually worse than beating her': Conceptions and experiences of emotional intimate partner violence in Rwanda and South Africa. *Plos One*, 14(11). doi: 10.1371/journal.pone.0225121.
- Tajer, D., Gaba, M., & Reid, G. (2013). Impacto de la violencia de género en la salud de las mujeres: una investigación en la ciudad de Buenos Aires. Buenos Aires: Facultad de Psicología, Universidad de Buenos Aires.
- World Health Organization (WHO). (2013). Global and regional estimates of violence against women: Prevalence and health effects of intimate partner violence and non-partner sexual violence. Recuperado de http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/85239/1/9789241564625_eng.pdf.
- World Health Organization (WHO). (2017). Violence against women [website]. Recuperado de <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/violence-against-women>.

- Wolford-Clevenger C., Grigorian H., Brem M. J., Florimbio A. R., Elmquist J. & Stuart, G. L. (2017). Associations of Emotional Abuse Types with Suicide Ideation among Dating Couples. *J Aggress Maltreat Trauma*, 26(9), 1042-1054. doi: 10.1080/10926771.2017.1335821.
- Wong, J. Y-H., Fong, D. Y-T., Lai, V., & Tiwari, A. (2014). Bridging Intimate Partner Violence and the Human Brain: A Literature Review. *Trauma Violence Abuse*, 15(1), 22-33. doi: 10.1177/1524838013496333.

6 CONCLUSÃO GERAL

Durante o processo de desenvolvimento da pesquisa, diversos caminhos foram percorridos desde o momento da construção inicial da ideia até as conclusões do estudo. Pesquisar violência contra mulher está longe de ser uma tarefa fácil. Aproximar-se do tema, como pesquisadora, psicóloga e mulher é confrontar-se com um mundo difícil de ser enfrentado. A desigualdade permeia nossa realidade todos os dias e o sofrimento advindo disso estampa o rosto de mulheres no mundo todo. Por oras, a sensação ao desenvolver uma pesquisa sobre o assunto é de que estamos tratando de aspectos já recorrentemente discutidos, mas, por outro, de que a recente busca e garantia de alguns direitos justificaria ainda termos um caminho tão longo a percorrer. Nesse sentido, alertar sobre os efeitos sociais e individuais da violência contra mulher não parecem jamais se esgotar.

Na etapa de coleta de dados, a busca por mulheres interessadas na pesquisa ultrapassou a quantidade esperada já na sua primeira divulgação. Foram muitos e-mails recebidos de mulheres dispostas a contar as suas histórias, inclusive de outras cidades e estados do país. A repercussão da pesquisa surpreendeu. Abordar o abuso emocional é, de fato, uma urgência. No entanto, mesmo com a grande procura, ocorreu de muitas mulheres não responderem mais os e-mails, marcarem a entrevista e não comparecerem ou irem até o local, mas perceberem que preenchiam algum critério de exclusão apenas diante da pesquisadora (mesmo conferindo esse aspecto também na troca de e-mails). Foram 12 entrevistas, mas uma quantidade muito maior de tentativas. Compreendemos que as desistências, não importando em qual momento da pesquisa sucederam, estão intrinsicamente associadas à delicadeza e dificuldade da temática abordada. Sabe-se que falar sobre o evento traumático pode ser muito mobilizador para a vítima e, portanto, proporcionar um ambiente seguro e acolhedor para as participantes foi o grande objetivo dessa etapa, mas era compreensível de que estaríamos diante de sofrimentos inimagináveis. Por isso, a coragem dessas mulheres foi o verdadeiro marco para o desenvolvimento e a conclusão da pesquisa.

A média de idade das participantes foi de 22,16 anos. A maioria se autorreferia na cor/raça branca (10), atualmente solteira (7), estudante de graduação (11), com predomínio de cursos da área da saúde (12), de universidades públicas (8), com renda familiar de 7 a 9 salários mínimos, correspondente ao valor vigente no país em 2019 (6), morando com familiares (9), o término do relacionamento era de no mínimo 3 meses e de no máximo 5 anos, o tempo de relacionamento foi de no mínimo 4 meses e de no máximo 4 anos e 3 meses, o vínculo com o ex-parceiro era de namoro (11) e atualmente 10 participantes realizam acompanhamento psicológico e, dessas, 2 realizam também acompanhamento

psiquiátrico. As características sociodemográficas das participantes pode ser melhor visualizada na Tabela 1.

Tabela 1 – Caracterização da Amostra

Part./Caract.	Idade	Raça/Cor Autorreferida	Estado civil atual	Escolaridade	Área de curso	Universidade	Renda familiar (salário min.)	Reside com	Tempo de relacionamento	Tempo do término	Vínculo com o ex-parceiro	Acompanhamento psico./psiq.
P1	23	Branca	Solteira	Graduação incompleta	Saúde	Pública	4 a 6	Sozinha	4 anos	3 anos	Namorado	Não/Não
P2	22	Branca	Solteira	Graduação incompleta	Saúde	Pública	7 a 9	Famíliares	2 anos e 6 meses	1 ano e 4 dias	Namorado	Não/Não
P3	25	Branca	Namorando	Graduação incompleta	Saúde	Particular	7 a 9	Famíliares	9 meses	1 ano e 6 meses	Namorado	Sim/Sim
P4	20	Branca	Solteira	Graduação incompleta	Saúde	Pública	7 a 9	Famíliares	2 anos	1 ano e 6 meses	Namorado	Sim/Não
P5	20	Branca	Solteira	Graduação incompleta	Saúde	Pública	4 a 6	Sozinha	1 ano e 2 meses	3 meses	Outros	Sim/Sim
P6	24	Branca	Noiva	Graduação incompleta	Saúde	Pública	Mais de 10	Noivo e amigos	1 ano	2 anos	Namorado	Sim/Não
P7	21	Preta	Solteira	Graduação incompleta	Saúde	Particular	4 a 6	Famíliares	2 anos	7 meses	Namorado	Sim/Não
P8	22	Branca	Namorando	Graduação incompleta	Saúde	Particular	7 a 9	Famíliares	6 meses	3 anos e 8 meses	Namorado	Sim/Não
P9	22	Branca	Solteira	Graduação incompleta	Saúde	Pública	7 a 9	Famíliares	2 anos	3 anos	Namorado	Sim/Não
P10	22	Preta	Namorando	Graduação incompleta	Saúde	Pública	7 a 9	Famíliares	4 meses	3 anos	Namorado	Sim/Não
P11	24	Branca	Solteira	Mestrado Incompleto	Saúde	Pública	1 a 3	Famíliares	4 anos e 3 meses	9 meses	Namorado	Sim/Não
P12	21	Branca	Namorando	Graduação incompleta	Saúde	Particular	1 a 3	Famíliares	3 anos	5 anos	Namorado	Sim/Não

Nota-se que a amostra deste estudo foi composta majoritariamente por mulheres dos cursos da área da saúde e que 10 das 12 participantes buscaram auxílio psicológico em algum momento de suas vidas, sendo este um número significativo da amostra. Nesse sentido, é possível relacionar-se que o fato das mulheres fazerem parte de cursos que incentivam a busca e o investimento no cuidado em si pode ter contribuído para que pudessem acessar esses serviços como auxílio no seu processo. Além disso, são mulheres que acabam por ter mais recursos de autoconsciência e autorreflexão por estarem em bases que incentivam a isso. Essa característica também pode ter contribuído para a disponibilidade em narrar as suas histórias. Apesar de a psicoterapia ter recebido um lugar pertinente na sociedade, pode ser que em outro perfil de cursos ainda seja um espaço estigmatizado e que a falta de incentivo no cuidado em si e na autoconsciência dificulte as estudantes a cogitarem esse amparo. Soma-se a isso o fato da pesquisa ter sido realizada em universidade da área da saúde, contribuindo também para o acesso da pesquisa às participantes dos referidos cursos.

Após a transcrição e análise das entrevistas realizada pelo método da Análise Temática, foram encontrados os seguintes resultados: características e comportamentos do ex-parceiro e do relacionamento, comportamentos da vítima (durante e pós-relacionamento), sentimentos da vítima ("Não tinha vida dentro de mim"), não perceber os comportamentos, rompimento, hipervigilância ("Eu tenho medo de passar por isso de novo") e rede de apoio. Em decorrência da necessidade do cumprimento das exigências do Programa de Pós-

Graduação em um período determinado, não foi possível trabalhar com todos os dados encontrados no presente momento. Além disso, a situação atual de pandemia pela Covid-19 afetou demasiadamente a condução do trabalho em virtude da suspensão das atividades acadêmicas e limitações de acesso à universidade. Para a construção do artigo que compõem essa dissertação, optou-se pela discussão das temáticas “Não tinha vida dentro de mim” e “Eu tenho medo de passar por isso de novo”.

No entanto, apesar de algumas temáticas não terem sido exploradas no presente estudo, destaca-se para o dado das participantes não perceberem os comportamentos emocionalmente abusivos dos ex-parceiros durante o referido relacionamento. Foi principalmente após a saída que reconheceram o cenário em que estavam inseridas, puderam nomear e reparar os danos. Relaciona-se isso com o perfil das participantes, no qual serem estudantes universitárias e terem acesso à informação, não foi necessariamente um fator protetivo para a vivência de um relacionamento emocionalmente abusivo, indo ao encontro com o objetivo da investigação do estudo. Nesse sentido, o fato de serem jovens e com nível de escolaridade mais elevado não impediu a vivência em um relacionamento emocionalmente abusivo, que durante a relação desenvolvessem um senso crítico sobre os comportamentos dos ex-parceiros ou que sofressem menos com o rompimento e os seus impactos.

Percebe-se que a identificação do abuso emocional é uma dificuldade presente não apenas na vida das vítimas, mas também dos profissionais que as acompanham, interferindo diretamente na eficácia de suas intervenções. De acordo com a amostra deste estudo, as participantes buscaram o apoio psicológico e psiquiátrico como forma de melhora e cuidado, sendo possível perceber que são mulheres que acessam esses recursos. Portanto, considera-se de extrema importância a sensibilização e qualificação dos profissionais (da saúde, assistência, educação e direito) para que tenham condições e recursos de reconhecimento e intervenção alinhada com a singularidade dos casos. Compreende-se que com a difusão do conhecimento acerca do abuso emocional, torna-se mais possível o desenvolvimento de estratégias eficazes para a prática dos profissionais. Conforme os resultados apontados, pode-se tornar relevante considerar na avaliação a forma como as mulheres abusadas emocionalmente estão se sentindo, podendo ser, dentre elas, a sensação de sufocamento e invasão dos seus espaços.

Além disso, abordar a temática do abuso emocional é contribuir para o rompimento de barreiras que foram sustentadas em torno do assunto. Mulheres que fizeram parte deste estudo referem que a dificuldade de compreensão da vivência do relacionamento emocionalmente abusivo esteve presente nas suas experiências. Associa-se o caráter sutil do abuso emocional à dificuldade de identificação e, assim sendo, acredita-se que potencializar espaços de discussões sociais é romper com a invisibilidade que o abuso

emocional recebeu no contorno das relações amorosas. Nesse sentido, considera-se urgente a necessidade de compreender que violência não é apenas física e de que práticas emocionalmente abusivas é uma violação de direitos humanos e que, portanto, devem ser inaceitáveis em qualquer contexto.

Pesquisas apontadas no estudo referem o abuso emocional como o tipo mais prevalente de Violência por Parceiro Íntimo, mas ainda pouco abordado nas produções científicas. Considera-se que a pesquisa qualitativa como delineamento escolhido neste estudo para o desenvolvimento da temática possui capacidade de proporcionar uma validação das vivências de mulheres emocionalmente abusadas. Como outros estudos com o mesmo caráter, oferecer um espaço com a proposta de escutar as experiências de mulheres e conhecer as singularidades de suas histórias pode ser um reconhecimento de que tudo aquilo que elas sentiram e viveram durante o referido relacionamento tem importância, validando as suas sensações, como a perda do senso de identidade e o processo de resgate de suas individualidades, mencionadas nos resultados deste estudo. Acredita-se que as pesquisas precisam dar atenção exclusiva ao abuso emocional, colocando o fenômeno em um lugar muito mais proeminente na discussão pública e científica da violência contra mulher.

Sobre as limitações do estudo, considera-se que o perfil das participantes universitárias foi mais restrito do que se esperava, envolvendo-se na pesquisa apenas estudantes de cursos da saúde, tornando a amostra menos variada nesse aspecto. Foram gerados muitos dados ricos pela presente pesquisa que podem ser melhores explorados no futuro, implicando no desejo de seguir investindo na temática, com novas produções. Propõe-se que pesquisas futuras explorem o abuso emocional também em relações homoafetivas e que investiguem formas de prevenção, principalmente com jovens e adolescentes, com a finalidade de interromper com as reproduções de práticas abusivas e que por vezes são socialmente aceitáveis, encontrando formas igualitárias e menos coercitivas de se relacionar.

Durante os encontros das entrevistas individuais com as participantes, algumas mulheres relataram que a motivação para a colaboração na pesquisa foi o desejo de evitar com que outras mulheres vivessem a mesma situação que elas próprias passaram. De forma semelhante, espera-se que essa pesquisa possa ser um sinal de alerta importante para a experiência de mulheres em seus relacionamentos amorosos e de que possam lembrar-se sempre de que amor que não limita, não invade, não sufoca. Amar é ser livre por inteiro.

ANEXO A

NORMAS DE FORMATAÇÃO DO PERIÓDICO – PSICOLOGIA CLÍNICA DA PUCRJ

A revista *Psicologia Clínica* é uma publicação quadrimestral do Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUCRJ) com trabalhos originais em psicologia. Lançada em 1986, teve duas edições por ano de 2001 a 2015, em seguida a uma modernização do formato mais antigo, com o objetivo de se adequar à política editorial implementada pela CAPES em todo o Brasil. Desde 2016, é publicada três vezes por ano. Além do português, são aceitos artigos submetidos em espanhol ou inglês.

A revista conta com corpo editorial e conselho científico de escopo internacional, relacionados, com a respectiva afiliação institucional, em todos os fascículos. Igualmente seus autores podem ser de qualquer parte do mundo. Seu público-alvo são alunos de graduação e de pós-graduação, bem como pesquisadores e profissionais, de psicologia clínica e áreas afins.

Os artigos publicados são originais inéditos, produzidos a partir de pesquisas originais, não divulgadas em outros periódicos da área. A revista edita estudos teóricos, revisões bibliográficas, resultados de pesquisas empíricas, relatos de experiências profissionais e resenhas de obras publicadas recentemente, além de contar ocasionalmente com uma seção especial que apresenta entrevistas com pesquisadores de renome e traduções de textos clássicos da área clínica. Os manuscritos submetidos para publicação na revista *Psicologia Clínica* devem ser originais, não estar em avaliação por nenhum outro periódico e seguir as normas do *Publication Manual of the American Psychological Association* (6ª edição, 2010).

Os artigos aceitos que forem traduzidos para o inglês pelos autores, com a anuência para sua publicação somente nesta língua, poderão eventualmente ter a sua publicação antecipada, devido à exigência de um mínimo de artigos em inglês por parte das políticas editoriais de revistas científicas.

Elaboração do manuscrito

O manuscrito deve ser apresentado em formato Word (doc), em Times New Roman, tamanho 12pt, espaçamento duplo. Deve compreender de 15 a 25 páginas numeradas, com todas as margens de 2,0cm (cerca de 30 a 50 mil caracteres, com espaços). Qualquer situação não contemplada aqui deve seguir o indicado no *Publication Manual of the American Psychological Association* (6ª ed., 2010). As submissões que não estiverem

inteiramente de acordo com as normas serão arquivadas e seus autores notificados. Os manuscritos devem respeitar a seguinte ordem, em páginas separadas:

I. Folha de rosto identificada (carregar como documento suplementar)

1. Título em português, inglês e espanhol (até quinze palavras);
2. Título abreviado para cabeçalho (até cinco palavras);
3. Nome de cada autor, titulação, afiliação institucional (departamento, instituição, cidade, estado, país);
4. Endereço completo de todos os autores para correspondência com o Corpo Editorial, inclusive telefone e e-mail (não serão aceitos dados abreviados ou incompletos);
5. Indicação das fontes de financiamento, quando houver.

II. Folha de rosto sem identificação (página 1)

1. Título em português, inglês e espanhol;
2. Título abreviado.

III. Resumos (página 2) 1. Resumo em português (de 150 a 200 palavras);

2. Palavras-chave em português (de 3 a 5);
3. Abstract em inglês (tradução do resumo);
4. Keywords em inglês (tradução das palavras-chave).
5. Resumen em espanhol (tradução do resumo);
6. Palabras clave em espanhol (tradução das palavras-chave).

IV. Texto (página 3 e seguintes)

Esta parte do manuscrito deve começar em nova página, numerada como página 3, com o título centrado no topo. Cada página subsequente deve ser numerada. Não inicie uma nova página a cada subtítulo; separe-os com uma linha em branco. Apenas a primeira letra dos títulos ou subtítulos e dos nomes próprios deve estar em maiúscula. No caso de itens dentro de um mesmo subtítulo, utilize *itálico* para distingui-los.

Quando o artigo for um relato de pesquisa, o texto deverá apresentar, após as páginas de rosto e resumos, as seções introdução, metodologia, resultados, discussão e referências. Se necessário, outros subtítulos, como conclusões, podem ser acrescentados. Em alguns, pode ser conveniente apresentar resultados e discussão juntos, embora esta abordagem não seja recomendável como regra geral.

Utilize o mínimo de notas. Quando realmente indispensáveis, devem ser indicadas por algarismos arábicos no texto e listadas após as referências, em página separada intitulada “Notas”. Informe no texto a inserção de figuras e tabelas, que deverão ser apresentadas em anexo.

Observe as normas de citação, dando crédito aos autores e informando as datas de publicação dos estudos referidos. A citação literal de um texto vem entre aspas duplas e exige a referência ao número da página do trabalho de onde foi copiada. Todos os nomes de autores cujos trabalhos forem citados devem ser seguidos da data de publicação na primeira vez em que forem citados em cada parágrafo. Todas as citações secundárias devem informar as referências originais, mas evite utilizar citações secundárias, especialmente quando o original pode ser recuperado com facilidade. Não utilize *op. cit.*, *ibid.*, *idem*.

V. Referências

Não inicie uma nova página para a seção de referências. Não as numere. Utilize espaço duplo também nesta seção, sem espaço extra entre citações e não utilize recuos. As referências devem ser listadas em ordem alfabética, pelo último nome do autor. Cada uma das referências deve aparecer como um novo parágrafo (sem recuo) e os sobrenomes devem estar em minúsculas (exceto a inicial).

VI. Anexos

Os anexos devem ser apresentados em nova página, após as referências, numerada consecutivamente, em espaço duplo. Use anexos somente se isso for imprescindível para a compreensão do artigo. Os anexos devem ser indicados no texto, identificados com letras maiúsculas. Figuras e tabelas devem ser apresentadas com as respectivas legendas e títulos, e não poderão exceder 11cm x 17,5cm.

VII. Citações e referências

As citações com até 40 palavras devem vir no corpo do texto, entre aspas, sem itálico. As citações com mais de 40 palavras devem vir em novo parágrafo, sem aspas nem itálico, em tamanho 11pt e com 3cm de recuo da margem esquerda.

1. Artigo de autoria múltipla:

- a) artigo com dois autores: cite os dois sobrenomes sempre que o artigo for referido, o ano de publicação e a página;
- b) artigo com três a cinco autores: cite todos os autores na primeira vez que mencioná-lo; daí em diante utilize o sobrenome do primeiro autor seguido de et al., da data e a página;
- c) artigo com seis ou mais autores: cite apenas o sobrenome do primeiro autor, seguido de et al., da data e a página. Na seção de referências, os nomes de todos os autores serão relacionados.

2. Obras antigas e reeditadas:

Utilize o formato “Autor (ano de publicação original / data da publicação consultada, nº da página)”. Por exemplo: “Freud (1912/1969, p.154)”. Caso haja outras citações ou referências a outros textos do mesmo autor e ano, diferencie com letras minúsculas. Por exemplo, “Freud (1939/1969a)” e assim sucessivamente.

3. Citação ou referência secundária:

Trata-se da citação de um artigo discutido em outra obra consultada, sem que o original tenha sido utilizado. Por exemplo: “Selye (1936, citado por Lipp, 2001)”. Na seção de referências, citar apenas a obra consultada (no caso, Lipp, 2001).

VIII. Exemplos de referências

• Artigo em periódico: Féres-Carneiro,

T. F. (2008). Pesquisa e prática clínica: construindo articulações. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(3), 349-355. (Se a revista for paginada por fascículo, inclua o número do fascículo, entre parênteses, sem sublinhar, após o número do volume.)

• Artigo de revista no prelo:

Indicar no lugar da data que o artigo está no prelo. Não incluir data e número de volume, fascículo ou páginas até que o artigo seja publicado. No texto, deve-se indicar que o artigo está no prelo.

• Livro: Jablonski,

B. (1998). *Até que a vida nos separe: a crise do casamento contemporâneo*. Rio de Janeiro: Agir.

- Capítulo de livro (coletânea):

Levy, L. (2009). Terapia de casal e questões contemporâneas. In: I. C. Gomes (org.). Clínica psicanalítica de casal e família: a interface com os estudos psicossociais (pp. 25-31). São Paulo: Livraria Santos Editora.

- Trabalho apresentado em congresso, mas não publicado:

Féres-Carneiro, T. (2003, outubro). Conjugalidade homossexual. Trabalho apresentado no IX Congresso Brasileiro de Sexualidade Humana, Rio de Janeiro, RJ.

- Trabalho apresentado em congresso com resumo publicado em anais:

Rudge, A. M. (2000). Pressupostos da “nova” crítica à psicanálise. [Resumo]. In: Sociedade Brasileira de Psicologia (org.). Psicologia no Brasil: diversidade e desafios, XXX Reunião Anual de Psicologia (p.27). Brasília: Universidade de Brasília.

- Teses ou dissertações não publicadas:

Serra, D. C. G. (2008). Entre a esperança e o limite: um estudo sobre a inclusão de alunos com autismo em classes regulares. (Tese de Doutorado. Curso de Pós-graduação em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ).

- Obra antiga e reeditada:

Piaget, J. (1965). Le jugement moral chez l'enfant. Paris: Z. Alcan. (Original publicado em 1932).

Freud, S. (1995a). Dois princípios do funcionamento mental. In: S. Freud. Obras completas de S. Freud, vol. X. Madrid: Biblioteca Nueva. (Original publicado em 1911).

- Autoria institucional:

American Psychological Association (2002). Publication manual (5ª ed.). Washington, DC: Autor.

- Comunicação pessoal:

São cartas, correio eletrônico e conversas pessoais ou telefônicas. Cite apenas no texto, dando o sobrenome e as iniciais do remetente e a data, e identifique como comunicação pessoal. Não inclua nas referências.

- Documentos digitais on-line:

Kawasaki, J. L., & Raven, M. R. (1995). Computer-administered surveys inextension. *Journal of Extension*, 33, 252-255. Recuperado em 20 de junho de 1999 de <http://joe.org/joe/index.htm>.

Direitos autorais

A revista *Psicologia Clínica* possui os direitos autorais sobre todos os artigos publicados. A reprodução total dos artigos desta revista em outras publicações, ou para qualquer outro fim, por quaisquer meios, requer autorização por escrito do Editor. Reproduções parciais de artigos (resumos, mais de 500 palavras de texto, tabelas, figuras e ilustrações) deverão também ter permissão por escrito do Editor e dos autores.

ANEXO B PARECER DO CEP

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE DE
PORTO ALEGRE



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: As percepções de mulheres universitárias acerca da vivência de um relacionamento emocionalmente abusivo

Pesquisador: CLARISSA DE ANTONI

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 14021819.8.0000.5345

Instituição Proponente: Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.518.343

Apresentação do Projeto:

Projeto de Mestrado que tem por objetivo compreender as percepções de mulheres universitárias acerca da vivência pregressa de um relacionamento emocionalmente abusivo. É um estudo de cunho qualitativo do tipo exploratório-descritivo, onde serão convidadas a participar 8 mulheres com idade entre 18 e 25 anos, matriculadas em cursos de graduação e pós-graduação, com o entendimento da vivência pregressa de um relacionamento emocionalmente abusivo já finalizado.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Geral:

Compreender as percepções de mulheres universitárias acerca da vivência pregressa de um relacionamento emocionalmente abusivo.

Objetivos Específicos:

- a) Descrever as características de um relacionamento emocionalmente abusivo através da concepção de mulheres universitárias.
- b) Identificar os fatores de risco que proporcionaram o envolvimento e a manutenção do relacionamento emocionalmente abusivo.
- c) Identificar os fatores de proteção que auxiliaram no enfrentamento do relacionamento

Endereço: Rua Garmento Leite, 245		CEP: 90.050-170
Bairro: Garmento		
UF: RS	Município: PORTO ALEGRE	
Telefone: (51)3303-8804	E-mail: cep@ufcspa.edu.br	

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE DE
PORTO ALEGRE



Continuação do Parecer: 3.518.343

emocionalmente abusivo.

d) Investigar as estratégias utilizadas para a ruptura do relacionamento emocionalmente abusivo.

e) Compreender a influência da vivência de um relacionamento emocionalmente abusivo nas relações amorosas atuais e futuras de mulheres universitárias.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os riscos que a pesquisa pode apresentar às participantes dizem respeito a um possível incômodo com a entrevista a partir da retomada de situações difíceis que tenham vivenciado. Caso haja qualquer situação de desconforto, a participante será acolhida pela pesquisadora, e se vista a necessidade, poderá interromper a entrevista. Além disso, a pesquisadora se compromete a realizar os devidos encaminhamentos para a realização de acompanhamento psicológico nas clínicas conveniadas à Universidade Federal de Ciências da Saúde (UFCSPA), caso haja necessidade. Não há outros riscos de natureza ética. Em caso de danos comprovadamente decorrentes da pesquisa, as participantes serão indenizadas pela equipe de pesquisadoras. Além disso, as participantes não terão nenhum custo financeiro com a participação na pesquisa.

Benefícios:

Os benefícios para as mulheres na participação da pesquisa apresentam-se de forma indireta, visando proporcionar uma compreensão acerca do abuso emocional presente nas relações íntimas. A partir da pesquisa, busca-se dar espaço e visibilidade para o impacto dos relacionamentos emocionalmente abusivos na vida das mulheres, sendo visto como benéfico para as vítimas e sua rede de apoio, para profissionais que as acompanham e para a sociedade como um todo.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Serão convidadas a participar desta pesquisa mulheres com idade entre 18 e 25 anos matriculadas em cursos de graduação e pós-graduação, sendo que as coletas ocorrerão na UFCSPA. Os custos serão ressarcidos pela pesquisadora.

A seleção das participantes por será por indicação de conhecidos através da rede de contato das pesquisadoras e por meio da divulgação online do cartaz nas mídias sociais.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Folha de rosto devidamente assinada e carimbada.

Convite as participantes adequado.

Endereço: Rua Sarmento Leite, 245
Bairro: Sarmento CEP: 90.050-170
UF: RS Município: PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3303-8804 E-mail: cep@ufcspa.edu.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE DE
PORTO ALEGRE**



Continuação do Parecer: 3.518.343

Termo de entrega do relatório semestral (Relatório parcial para 01/2020 e Relatório final para 10/2020).

Recomendações:

Inserido no TCLE custo do deslocamento de responsabilidade da pesquisadora.

Ajustado orçamento.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Solicitações devidamente ajustadas.

Aprovar.

Deve-se lembrar que para a execução da pesquisa, o TCLE deve ser retirado em cópia física com o carimbo do CEP-UFCSPA após sua aprovação final.

Considerações Finais a critério do CEP:

De acordo com o parecer do Relator.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1339216.pdf	18/07/2019 14:44:55		Aceito
Outros	CartaRespostaAoParecer3420016.pdf	18/07/2019 14:18:33	TAMIRES DARTORA	Aceito
Parecer Anterior	PB_PARECER_CONSUBSTANCIADO_CEP_3420016.pdf	18/07/2019 14:17:47	TAMIRES DARTORA	Aceito
Outros	ConviteParaParticipacaoEmPesquisa.pdf	18/07/2019 14:14:34	TAMIRES DARTORA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TermodeConsentimentoLivreeEsclarecido_TCLE.pdf	18/07/2019 14:12:33	TAMIRES DARTORA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoMestrado_TamiresDartora.pdf	18/07/2019 14:11:06	TAMIRES DARTORA	Aceito
Folha de Rosto	FolhaDeRosto.pdf	16/05/2019 13:39:26	TAMIRES DARTORA	Aceito
Outros	TermoCompromissoEntregaRelatorioSemestralFinal.pdf	02/05/2019 14:46:07	TAMIRES DARTORA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Endereço: Rua Garmento Leite, 245
Bairro: Garmento CEP: 91.050-170
UF: RS Município: PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3303-8804 E-mail: cep@ufcspa.edu.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE DE
PORTO ALEGRE



Continuação do Parecer: 3.518.343

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

PORTO ALEGRE, 20 de Agosto de 2019

Assinado por:
Luciane Dalcanale Moussalle
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Sarmiento Leite ,245
Bairro: Sarmiento CEP: 90.050-170
UF: RS Município: PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3303-8804 E-mail: cep@ufcspa.edu.br